



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
PRO-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
COORDENAÇÃO DOS CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO EM  
SEGURANÇA PÚBLICA**

**DROGAS NAS ESCOLAS: UMA DISCUSSÃO DE  
SEGURANÇA PÚBLICA**

**Emanuel Turíbio Ribeiro**

**CAMPINA GRANDE-PB  
2014**

**Emanuel Turíbio Ribeiro**

**DROGAS NAS ESCOLAS: UMA DISCUSSÃO  
DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com a Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba em cumprimento à exigência para obtenção do título de Especialista em Segurança Pública.

Orientador: Prof. Esp. Vinícius Lúcio de Andrade

CAMPINA GRANDE-PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

R484d Ribeiro, Emanuel Turíbio.

Drogas nas escolas [manuscrito] : uma discussão de segurança pública / Emanuel Turíbio Ribeiro. - 2014.  
49 p.

Digitado.

Monografia (Especialização em Segurança Pública) -  
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Jurídicas,  
2014.

"Orientação: Prof. Esp. Vinícius Lúcio de Andrade,  
Departamento de Direito".

1. Educação. 2. Drogas. 2. Segurança pública. 4. Cidadania.  
I. Título.

21. ed. CDD 370

EMANUEL TURIBIO RIBEIRO

**DROGAS NAS ESCOLAS: UMA DISCUSSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Segurança Pública da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com a Secretaria de Estado e da Defesa Social no cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista. Drogas nas escolas: uma discussão de segurança pública.

Orientador: Prof. Esp. Vinícius Lúcio de Andrade

Aprovado em 19/05/ 2014

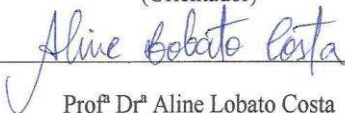
Nota: 10,0

BANCA EXAMINADORA



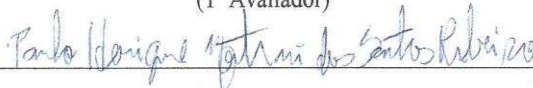
Prof. Esp. Vinícius Lúcio de Andrade

(Orientador)



Profª Drª Aline Lobato Costa

(1º Avaliador)



Profº Me. Paulo Henrique Montini dos Santos Ribeiro

(2º avaliador)

## **RESUMO:**

O cenário de dinamicidade presente em sala de aula é um legítimo espaço na busca da conscientização de seus respectivos alunos dos riscos e consequências do uso das drogas através da socialização de informações; elemento fundamental no tocante ao enfrentamento dos problemas que cercam o universo da drogadição. Aos professores é imprescindível o seu preparo e sua consciência da potencialidade em dialogar de modo a exercer papel influenciador diante de seus alunos, e em especial, os adolescentes em sala de aula. É essencial a disposição por parte do Estado na busca pela existência de estruturas material e pedagógica que favoreçam a contribuição do ensino para a construção da cidadania no combate ao consumo de substâncias psicotrópicas por educandos do ensino básico público no Brasil. Este trabalho se propõe a discorrer dentro do campo teórico sobre a função transinstitucional da entidade escolar com suas práticas educativas para a segurança pública. A abordagem consiste na instrução crítica através de medidas dialógicas preventivas a fim de promover a emancipação intelectual dos adolescentes por intermédio do conhecimento distribuindo atribuições na promoção da ordem social no país. Apesar das instituições da Família e do Estado através da Educação e da Segurança Pública serem entidades as quais de forma direta podem moldar vertiginosamente a conduta dos indivíduos, a educação pode assumir o papel de força propulsora na transformação benéfica da sociedade com ampla capacidade de minimizar a sobrecarga na atuação da segurança pública em caráter policial quando houver falha de influência por parte da família no impedimento dos seus herdeiros ao ingresso na criminalidade. A formação de elos de discussões que facilitem a atuação direta dos agentes interlocutores no enfrentamento e prevenção da problemática que abrange o comércio e uso de entorpecentes potencializa a capacidade transinstitucional da educação para a segurança pública.

**Palavras-chave:** Educação, drogas, segurança pública, cidadania.

## **ABSTRACT:**

The setting of this dynamism in the classroom is a legitimate space in the pursuit of their awareness of students of the risks and consequences of drug use through the socialization of information, a key element in relation to addressing the issues surrounding the world of drug addiction. Teachers are essential to their preparation and their awareness of the potential for dialogue in order to exert influential role before his students, and in particular, young people in the classroom. It is essential to the provision by the state in search of the existence of material and pedagogical structures that favor the contribution of education to the construction of citizenship in combating the use of psychotropic substances by students of public primary education in Brazil. This paper aims to discuss within the theoretical field on transinstitucional function of school authority with their educational practices to public safety. The approach consists in the critical dialogic instruction through preventive measures in order to promote intellectual emancipation of adolescents through the knowledge distributing assignments in promoting social order in the country. Although the Family and the State institutions through Education and Public Safety entities which are directly can dramatically shape the conduct of individuals, education can take the role of driving force in beneficial transformation of society with ample capacity to minimize overhead in the performance of public safety cop character when there is failure by the influence of the family in preventing his heirs to entering the crime. The formation of bonds of discussions to facilitate the direct actions of interlocutors agents in prevention and intervention of problematic covering the trade and use of narcotic transinstitucional enhances the ability of education to public safety.

Keywords: Education, drugs, public safety.

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| 1. INTRODUÇÃO  | 07 |
| 1.1. Uma abordagem teórica   | 09 |
| 1.2. Sobre os aspectos metodológicos   | 10 |
| 2. UM OLHAR ACERCA DOS FATORES DE VULNERABILIDADE HUMANA   |    |
| 2.1. Mídia, Consumismo e drogas  | 12 |
| 2.2. Breve Abordagem Teórica Acerca das Drogas   | 13 |
| 2.3. O Imediatismo nas Cidades   | 16 |
| 2.4. Relações Humanas e Seus “Valores” Midiáticos em Tempos de Consumismo Imediatista                                    | 18 |
| 3: A COMPETÊNCIA DESCENTRALIZADA DA EDUCAÇÃO PARA A SEGURANÇA PÚBLICA E O PAPEL DO ESTADO NO PROBLEMA DAS DROGAS         |    |
| 3.1. A Necessidade de Educar na Escola Para a Segurança Pública  | 21 |
| 3.2. Atuação Legislativa do Estado na Prevenção ao Consumo de Drogas   | 23 |
| 3.3. Enfrentamento da Drogadição Diante do Crescente Consumo de Crack, Cocaína e Maconha no País                         | 32 |
| 4: FUNÇÃO DO ENSINO NO ENFRENTAMENTO AO CONSUMO DAS DROGAS E SUA FUNÇÃO ESTRATÉGICA DE EDUCAÇÃO PARA A SEGURANÇA PÚBLICA |    |
| 4.1. Drogas e Seu Arelamento Essencialmente na Economia do Crime   | 37 |
| 4.2. Papel de Influência do Professor na Minimização do Ingresso de Alunos ao Universo da Drogadição                     | 38 |
| 4.3. Função Transdisciplinar da Educação em Políticas Públicas Descentralizadas de Segurança Pública                     | 41 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS  | 45 |
| 6. REFERÊNCIAS   | 48 |

## INTRODUÇÃO

O consumo de drogas entre indivíduos em idade escolar é uma realidade a qual não pode ser ignorada e a busca pela discussão e o enfrentamento desse problema é emergente, sobretudo em um dos ambientes mais influenciadores que temos: a escola. Apesar de toda a precarização existente no tocante a qualidade do ensino público, a desvalorização da educação pelos poderes públicos de plantão e até a existência de evasão por parte de alunos nas redes de ensino básico (ensino fundamental e médio); ainda assim, com alta potencialidade, inegavelmente esse é o ambiente com maior legitimação e capacidade de transformar e influenciar as pessoas que nela transitam, sobretudo pelo concreto vínculo frequente dos professores junto ao corpo discente o qual emerge a potencialidade ativa do educador em lapidar as mentes do alunado.

Em virtude da constatação do exorbitante crescimento do consumo de drogas no mundo, foi construído o chamado “mercado econômico” do crime, o qual encontra justificativa em ter atingido esse rótulo no âmbito da “economia”, em razão do exacerbado aumento da lucratividade que esse universo ilícito transformou natural. Tal problemática necessita de ampla discussão, sobretudo porque esse tipo de substância química provocadora de dependência de forma praticamente irreversível, tem se tornado cada vez mais fora de controle. O mercado consumidor desse “negócio” o qual fatura mais de um bilhão de reais por ano no Brasil, atrai com maior facilidade adolescentes; e, diante da experimentação de tal psicoativo tanto entre a faixa etária dos 12 aos 18 anos como entre jovens e adultos, há razões as quais exploraremos como fatores de vulnerabilidade para o ingresso dessas pessoas a esse mercado consumidor, e é essencial atentar para a capacidade que o ambiente escolar possui em se tornar cenário de influência das mentalidades dos alunos diante do enfrentamento de tal realidade.

Com relação a abordagem da temática “drogas nas escolas públicas brasileiras” um elemento que favorece para um maior aprimoramento da questão levantada é a necessidade urgente de problematizá-la junto ao âmbito escolar do ensino básico, ampliando reflexões necessárias de serem realizadas, com levantamento de dados e hipóteses para a contribuição de melhorias nesse ambiente pedagógico sobre o assunto. Neste caso específico, a discussão acerca do papel dos docentes no domínio do tema das



drogas é tão necessário quanto a intensidade e frequência no ato da organização prévia do conteúdo elaborado pelo profissional da educação que em sala de aula apresenta.

Este trabalho está inserido na observância da preocupação por parte do corpo docente das escolas públicas de ensino básico no tocante ao levantamento da discussão do problema que envolve o consumo de drogas. Embora se reconheça a importância do papel da família na formação dos alunos, no entanto, não será foco principal a função que a família apresenta, pois apesar de ser um ambiente altamente influenciador dos alunos, o objeto da pesquisa aqui apresentado teve a complexa tarefa de fazer recortes e delimitadores de áreas, a fim de obter dados e constatações mais qualitativos e apontar questões mais específicas passíveis de ampla reflexão e profunda exploração dentro do eixo temático levantado.

A vulnerabilidade emocional por parte daqueles indivíduos que experimentam as drogas rotuladas ilícitas é um elemento-chave na compreensão das razões que os levam a se tornarem usuários. Fatores de imediatismo quanto a se conseguir supostamente aliviar tensões e angústias oriundas de pressões sociais e emocionais se inserem dentro dessa vulnerabilidade. A importância de ações que podem contribuir de maneira direta para frear o aumento do mercado consumidor são as práticas de enfrentamento desse problema e a iniciativa em defrontar a questão com maior rigor para o efetivo combate às drogas serão discutidos sob um olhar analítico.

Propõe-se discorrer sobre os seguintes questionamentos: qual o papel da escola e do corpo docente na formação dos seus alunos e na intervenção do ingresso deles ao universo da drogadição, da criminalidade e qual a relação com a segurança pública? Até que limite o ensino pode interferir na conduta e personalidade dos alunos? O Estado, as legislações vigentes e a grande mídia possuem alguma responsabilidade com o problema crescente do consumo das drogas e contribuem de alguma forma na prevenção de seu uso e na formação emancipatória dos adolescentes? Sobre estas inquietações o trabalho se propõe a analisar.

Diante de tais questionamentos, o presente trabalho se articula nos seguintes objetivos:

Geral: Analisar a problemática que envolve o universo do consumo de drogas e os riscos junto aos alunos do ensino básico no Brasil, mirando no papel de influência dos educadores na conscientização dos adolescentes no tocante às implicações que envolvem

a questão do acesso a esses entorpecentes, evidenciando a relação direta do ensino com a segurança pública.

Específicos: Estabelecer as implicações do que cerca o universo das drogas ilícitas e a relação entre as permissividades ou proibições dentro do consumo de drogas a partir de uma leitura teórica econômica, política e social. Enfocar os desafios presentes no ambiente educacional quanto à discussão e enfrentamento do consumo de drogas pelos alunos atrelados ao estado psicológico existente neles. Explorar as motivações que levam o indivíduo ao consumo de drogas e na presença exitosa ou não da abordagem dessa temática em sala de aula e seu reflexo no comportamento discente. Apontar a influência que o discurso pedagógico apresenta em sala de aula na redução e combate ao ingresso de alunos na criminalidade e a interferência preconizadora de sua vinculação direta com o papel que a segurança pública exerce.

### **1.1. Uma abordagem teórica**

A pesquisa terá contribuições teóricas de Castells (1983), Farias (2003), Pires (1985), Novais (1998), Odália (1985), Chauí (2006), Dayrell (2007), Gikovate (1992), Silva (2007), Xavier (2011) dentre outros, no que se refere aos preâmbulos envolvendo o universo das drogas, as influências tanto na esfera midiática como no contexto econômico, político e social bem como as nuances atreladas direta e indiretamente na construção intelectual e de personalidade dos indivíduos, em especial os adolescentes; a fim de promover a condução de elo discursivo quanto a ligação presente da educação e/ou ensino com a segurança pública.

A observância no ato de situar qual o papel do espaço do saber (escola) junto a descoberta do nível de interferência na forma de comportamento dos alunos que compõem o ambiente educacional no nível básico (ensino fundamental e médio), é uma necessidade emergente que transcende para interligações de entidades institucionais presentes na sociedade (família, grupos de amigos) e no Estado (governo e segurança pública).

Neste sentido, é relevante externar o que Araújo e Ribeiro (2007) explanam acerca da relevância dada ao ambiente escolar como cenário propício e capaz (caso se utilize prudente e estrategicamente as ferramentas discussivas), para conscientizar e instruir o

alunado junto a capacidade deles se auto-direcionarem na condução dos destinos de suas vidas:

A escola precisa se esforçar para testar “novos” caminhos para o ensino da escrita ou para ressignificar os que já existem de modo que se possa retirar o tom severo do discurso pedagógico o qual faz com que as crianças paralitem diante do medo de errar ou da descrença que elas percebem por parte de seus pais e professores. Se for verdade que ensinar a ler e a escrever é tarefa da escola, então é verdade que tal tarefa pode e deve ser sempre redimensionada. (ARAÚJO, RIBEIRO, 2007, P.176-177, grifo nosso).

Deste modo, serão provocadas reflexões no campo educacional com relação a potencialidade dos docentes integrantes do ensino público do país de terem legitimidade plena na orientação através de trocas informativas de ideias através do contato direto com adolescentes os quais geralmente residem e transitam nas periferias de cidades onde a criminalidade e o acesso ao tráfico de drogas se dá com maior intensidade e, deste modo, o contato com a segurança pública ocorre da forma mais traumática possível através de medidas de intervenção da liberdade desses indivíduos que se encontram mais suscetíveis à experimentação de entorpecentes caso não sejam instigados a recusarem o consumo dessas substâncias quando a eles for ofertado.

Eis a necessidade de toda e qualquer pesquisa fazer a dolorosa, mas essencial prática de delimitar e recortar o objeto de análise, a fim de produzir aprofundamentos os quais efetivamente se debruçam sobre determinada questão proposta. Nessa abordagem teórica será possível apresentar as influências midiáticas e educacionais junto aos adolescentes que frequentam o ambiente escolar através da iniciativa de se configurar uma breve revisão da literatura relacionada às nuances atreladas à drogadição a qual já abrange um caráter envolvendo a segurança pública e suas implicações. Propõe-se discutir o papel do docente como instrumento pedagógico na coleta de efetivo diagnóstico quanto ao nível de gravidade do problema do consumo de psicoativos junto aos adolescentes aparentemente pertencentes, dentro do contexto econômico, das camadas populares do país.

## **1.2. Sobre os aspectos metodológicos**

Sobre os aspectos metodológicos o trabalho a ser desenvolvido no tocante aos procedimentos técnicos trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, haja vista que tanto a recorrência a fontes para a necessária conceituação e apontamento do tema das drogas e suas implicações como a coleta de dados do campo delimitado serão

utilizados como objeto de estudo. Com finalidades práticas, a pesquisa documental se dará com a observância do perfil dos educadores do ensino básico (fundamental e médio) público no Brasil à luz do direito constitucional e seu preparo diante das legislações vigentes que se debruçam sobre a educação brasileira, como por exemplo: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei nº 9.394/96), os Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio (PCNEM 2000), e a já mencionada Constituição Federal de 1988.

Será feita uma pesquisa de cunho bibliográfico dentro da literatura da teoria da drogadição e educação, penetrando e evidenciando a importância da transdisciplinaridade para a análise da problemática. Será feita alusão a teoria econômica do crime, a mídia e outras vertentes as quais são entrelaçadas pela temática, fazendo uso exploratório de diversos autores sob um método analítico acerca da abordagem das drogas bem como o uso de fontes iconográficas oficiais para coleta de dados que terão interferência de contextualização em tal abordagem para a eficiência no papel da educação como agente atuador na segurança pública. Assumirá, portanto a pesquisa um caráter analítico-qualitativo dos dados e informações coletados.

Metodologicamente, dessa maneira, será realizada uma pesquisa de cunho teórico norteada pelas observâncias de autores que se debruçam sobre a problemática acerca do uso de drogas e suas implicações, a exploração do que é rotulado no Brasil como drogas ilícitas que buscará possibilitar um olhar mais definido na relação dos psicoativos diante da realidade dos alunos adolescentes e ao estágio de vulnerabilidade deles no tocante a fatores que gerem inclinação ao contato e uso de substâncias entorpecentes.

Além disso, a pesquisa terá um caráter explicativo-analítico, pois essa intervenção atenderá, dentre outros apontamentos, para o atual preparo em que se encontram os docentes do ensino público básico com relação a abordagem no tocante ao enfrentamento do uso e consumo de drogas junto aos alunos que frequentam as escolas públicas no país. Será também observada a situação geral psíquica daqueles que vivenciam uma sociedade de consumo acelerada por força da indústria cultural a qual utiliza como palco para apresentação de valores a grande mídia através dos seus meios televisivos, radiofônicos, impressos ou no ciberespaço.

## **2. UM OLHAR ACERCA DOS FATORES DE VULNERABILIDADE HUMANA**

### **2.1. Mídia, Consumismo e Drogas**

O meio social e as condições as quais o ser humano se depara diante dos inúmeros desafios da vida cotidiana, ambos são potenciais influenciadores para se gerar a quebra de perspectiva e/ou perda da crença em si mesmo e de sua capacidade em alcançar seus objetivos e sua realização pessoal, acarretando em decepções e angústias. Também um forte elemento gerador da presença de insatisfação por parte do indivíduo é oriundo da busca pelo alcance de um padrão de consumo fruto do estabelecimento de modelos de comportamento os quais são produzidos pela mídia, (re)construindo assim, uma sociedade onde todas as classes sociais são submetidas à pressão em seguir determinados padrões de conduta e hábitos os quais estão atrelados ao consumismo.

Com a projeção de um padrão de felicidade vinculado aos campos profissional, social e pessoal, o indivíduo vive plenamente até de modo involuntário em função não necessariamente do alcance de sua satisfação, e sim mirando adquirir um padrão/modelo de satisfação vendido pela indústria de consumo veiculada pela midiaticização da sociedade elitizada. Isso é recorrente nas mais diversas áreas da vida, ou seja, ele é induzido a buscar tais padrões para si concomitantemente nas esferas pessoal, social e profissional. Sendo assim, nenhuma das classes econômicas está ileso à indução por parte da grande mídia de comprar os rótulos presentes nesses referenciais de felicidade e auto realização.

A restrição no acesso a bens e serviços básicos são capazes de propiciar no indivíduo um sentimento de que ele não pode alcançar um estágio de vida que lhe garanta bem estar. Negativas diante de suas aspirações então se tornam uma constante na qual a ausência de perspectivas fazem-no refletir que ele não pode ir além de suas limitações atuais. Esse estágio de vulnerabilidade não está presente em todos os que se deparam com as dificuldades em sua vida nas diversas áreas, e sim, está atrelada tal condição a ausência de perspectivas com relação a algo que aspira materializar e não obtém resultado frustrando seus objetivos. Tal reflexão adquirida de não acreditar em conseguir o que almeja, acarreta, em larga escala, para o apelo ao uso e consumo de drogas e a conseqüente penetração ao mundo das drogas, embora que não seja fator determinante, mas ativamente é condição propícia capaz de serem agregados de maneira eficaz novos usuários e potenciais dependentes.

Sob a ótica das condições adversas de desenvolvimento que muitas pessoas estão inseridas, formas alternativas de sobrevivência passam a ser mecanismos de auto-estima social. Através do que é ofertado para eles dentro de suas possibilidades econômicas, isso pode reduzir a capacidade de enxergar as reais necessidades para o indivíduo obter sua realização e satisfação como ser humano. Neste sentido, a mídia com seu imediatismo apresenta uma responsabilidade elevada nesse processo, ao impor ritmos de consumo, padrões de felicidade e *status* aos que já se encontram vulneráveis no campo de perspectivas de bem estar social. Os modelos de pessoas bem vistas e bem sucedidas e a valorização ao que o indivíduo possui e não ao que ele é em seu caráter, propiciam um conflito interno entre as pessoas que não podem seguir esta velocidade de consumo nas mais diversas áreas e não possuem o direito de refletir se aquele suposto modelo ou padrão apresentado é de fato a principal razão que move os indivíduos na vivência em coletividade, resultando na eliminação de sua capacidade de acreditar em obter perspectivas de realização e alcance de felicidade.

Um fator que pesa na omissão de práticas reflexivas do que nos impulsiona na vida é a aquisição de supostas convicções pela sociedade ao absorver sem filtro os valores midiáticos os quais excluem aqueles que não buscam estar inseridos naquele modelo estabelecido por ela, gerando além de atos de exclusão social, o agravamento a problemáticas presentes nas desigualdades sociais, produzindo a reafirmação dos valores do dinheiro e de *status* social em detrimento aos valores de caráter e índole. O que penaliza o indivíduo neste caso não seria a ausência de lapidação de sua personalidade para a boa conduta em suas práticas de comportamento social, e sim a não adesão no mesmo nível do que a indústria cultural ao objetivar sua lucratividade mercantil aspira; procurar induzir as pessoas a se sentirem como Chauí (2006) chama de “deslocado”: “garantia de que o consumidor será, ao mesmo tempo, igual a todo mundo (pois consumirá o que outros consomem) e será diferente de todo mundo (pois o produto lhe dará uma individualidade especial)”.(CHAUÍ, 2006, p.38).

## **2.2. Breve abordagem teórica acerca das drogas**

Fazendo um panorama geral acerca das drogas, percebemos antes de qualquer explanação o apontamento atual de que há uma classificação lícita e ilícita, e, veiculada midiaticamente a lícita como as bebidas com teor alcoólico e o cigarro; não sendo considerada a dependência como prerrogativa para tachar esses componentes de ilicitude.

Já no caso das drogas ilícitas estão, dentre outras, a maconha, cocaína, crack etc., como depreciantes ao ser humano.

Desde o período da história antiga, o homem já se apoderava de plantas e as manipulava a fim de obter resultados em caráter medicinal para o seu organismo. O cânhamo (planta a qual dela é gerada a maconha) era utilizado e consumido não apenas para alívio e cura de doenças como também para promover sensações de prazer, relaxamento, maior resistência do corpo ou longevidade. Podemos até exemplificar que civilizações antigas chinesas, indianas ou índios dos continentes americanos recorriam às drogas originárias de matéria-prima de plantas para rituais religiosos além de outras finalidades proferidas anteriormente.

Em se tratando do Oriente Médio havia um uso comum do ópio na passagem para a terceira idade como demarcador, o seu consumo, de uma nova etapa das vidas de seguidores do Islã. Não obstante, nos casos da Europa e África também a incidência do uso de tipos de drogas foi utilizada tanto para fins medicinais como para a busca do hedonismo e tal sensação era almejada sobretudo para se chegar a um estado de graça que supostamente poderia ser atingido caso se consumisse a adulteração da matéria-prima oriunda de árvores ou plantas como o Cânhamo (capaz de produzir a maconha) e a *Erythroxyton Coca* (composição para o crack e a cocaína).

A partir da décadas de 1950 fumar cigarros era visto pelos que assistiam aos filmes de *Hollywood* como um “hábito encantador”; por intermédio de seus atores, o fumo inspirava *glamour* e autoconfiança. Era considerado um adereço potencializador de beleza e ostentação, além de dar uma aparência ao titular do vício de um sujeito provido de força, poder, influência e popularidade, mas nunca um dependente ou o trago uma prática degenerativa. A mídia com sua publicidade indireta já distorcia a realidade, e, nessa temática, deteriorou muitos telespectadores suscetíveis à adesão de seus pseudo-valores.

Com efeito, nas décadas de 60 e 70 indiretamente se proliferava nos bastidores com relação aquelas bandas que vendiam desenfreadamente cópias de álbuns e protagonizavam shows disputados que, para se apresentarem mais relaxados e com plena energia para permanecerem mais de uma hora cantando, tocando instrumento e dançando, usavam algum tipo de droga a fim de supostamente conseguirem níveis extremos de *performance* nos palcos. A velocidade de degeneração entre esses consumidores era tão

demasiada que não eram veementemente divulgadas adesões de consumidores a tais substâncias pela mídia de então.

O patamar de perfeição de determinados artistas sempre foi em grande medida uma estratégia indireta de impulsionar os fãs a buscarem semelhanças consigo e o *popstar*, e qualquer evidência de algo passível de obter similaridade maior a eles era prontamente aceito. Claro que para adolescentes e jovens a inspiração naquele ídolo turva qualquer raciocínio e capacidade em perceber que ele pode adotar práticas negativas, porém o fascínio chegava a conduzir muitos a usarem maconha e cocaína a partir das décadas de 60, 70 e 80 do século XX.

A busca pela droga inicialmente estava baseada na sensação de efeitos tais quais os descritos por Gikovate (1992): “estimulantes e euforizantes ou efeitos relaxantes, que deixam ‘legal’ sem que se precise fazer nada”. (Gikovate, 1992, p.44). Ou seja, o esforço seria em conseguir dinheiro para comprá-la, pois encontrar vendedor não seria difícil para obter os “efeitos” ditos por Gikovate. No caso de atingir a “satisfação” dentro do universo das drogas, basta comprar o entorpecente e não há outra contrapartida, persuadir terceiros para convencê-lo ao que deseja ou outra forma de esforço para conseguir o resultado pretendido que é de obter excitação - sensação comum obtida na inalação da cocaína.

Com relação às implicações do consumo de psicotrópicos, em linhas gerais, a maconha, embora que se trate de uma erva supostamente menos forte em sua composição química se comparada à cocaína, também causa dependência tendo o risco de provocar asma, enfisema pulmonar, bronquite e câncer, além do enfraquecimento das imunidades do organismo dentre outros efeitos. No caso do crack o qual deriva da planta chamada de coca, é resultado da mistura de cocaína, bicarbonato de sódio ou amônia e também adicionada água destilada em sua formulação. Apesar de aparentes sensações positivas durante o efeito do entorpecente, além do suposto prazer e satisfação, a euforia se faz presente ocasionando confusão de sentidos.

Para explanar o fato gerador de dependência é importante apresentar duas espécies: a física a qual o organismo necessita daquela substância para conseguir uma certa estabilidade e a psicológica, e, nesta última o desequilíbrio emocional prevalece na mente do indivíduo, gerando comportamentos inconsequentes como por exemplo, o delírio, a agressividade e demais ações as quais fogem do controle. Deste modo, quanto maior for a dependência maior também será o desequilíbrio acumulado no cérebro,



chegando ao ponto em que o indivíduo perde a noção do que é certo ou errado visando só a busca do suposto prazer ou pseudo-alívio que a droga proporcionaria a ele, quando na verdade o efeito do psicoativo resulta em sensações no metabolismo acelerado com doses excessivas de adrenalina que são frutos do contato do organismo com substâncias muito fortes e sem qualquer valor agregador orgânico, depredando a cada novo consumo o sistema nervoso central e enfraquecendo as defesas do organismo gradativamente.

O surgimento do crack se deu mais evidente a partir da década de 80, tornando-se mais fácil o seu consumo através do seu trago com a conversão da base de coca de pó para formato petrificado. O consumo desse entorpecente é maior que o da cocaína entre as classes mais baixas em razão do preço ser mais acessível, enquanto a outra substância química tem um mercado consumidor mais elitizado, mas ambos produzem efeitos devastadores e irreversíveis tanto através do fumo, sendo injetado ou através de inalação.

Por serem derivados do que se pode chamar de estimulantes, ocasionam a dependência física e psicológica e, com a penetração contínua desses no organismo do usuário, facilitam a curto prazo o óbito de seu consumidor em razão de sua intensa ação sobre o sistema nervoso central, da aceleração repentina tanto dos batimentos cardíacos como do metabolismo do organismo. Suas sensações dentro do campo físico vão de suor intenso, tremores, excitação e até a falsa aptidão física e mental. Quanto aos efeitos psicológicos podem ser obtidas a euforia, força, excitação e até a ilusão de potencial aumento da auto-estima. Quando não houver mais facilidade alguma de se livrar da dependência o controle de suas vontades passa a ser anulado.

### **2.3. O Imediatismo nas cidades**

O crescimento populacional desenfreado dos centros urbanos fomentam um descontrole no alocamento dos indivíduos que ingressam nas metrópoles aspirando melhores condições de trabalho e de subsistência, gerando o aumento de casas construídas sem saneamento básico, encanação, luz etc., ampliando o contingente de moradores em favelas e o agravamento de diversos problemas tais quais os afirmados por Castells (1983): “a diversificação das atividades e dos meios urbanos provoca uma forte desorganização da personalidade, o que explica a progressão do crime, do suicídio, da corrupção, da loucura, nas grandes metrópoles.” (CASTELLS, 1983, p130-131).

A globalização não provoca apenas o inchaço nas grandes metrópoles, mas aproxima o acesso aos bens e a convivência em cidades de porte médio ou até de pequeno porte no Brasil a “instrumentos” modernos e aparentemente homogeneizadores capazes de ser adquiridos com pagamentos a longo prazo. Tal processo de integração acarreta também numa acessibilidade de serviços e bens os quais estão presentes em qualquer cidade metropolitana ou não.

O sistema capitalista o qual apresenta como razão de ser o lucro, vem trazendo consigo uma forma lucrativa de acumular de maneira mais veloz capital: através da redução de seus custos, enxerga em cidades fora do eixo metropolitano oportunidade para materializar tal razão de ter essa lucratividade com a rapidez almejada. Com isenção fiscal e a facilidade de se adquirir mão-de-obra barata, diversas grandes empresas estão a optar em explorarem cidades as quais não são pivôs das metrópoles brasileiras, fazendo com que algumas pessoas deixem de migrar para os grandes centros urbanos facilitando o acesso desses indivíduos oriundos das cidades de porte médio e pequeno aos diversos bens e serviços, dentre eles, a facilidade de trabalhar, estudar e viver com suas famílias nessas cidades.

O que passa a ser realidade semelhante a das metrópoles também nessas cidades é a crescente presença das problemáticas existentes a partir da imposição de padrões de comportamentos através da midiaticização de valores de grupos sociais dominantes, condutas e aquisição de bens como símbolo de homogeneidade:

A relação entre um certo tipo de habitat e modos específicos de comportamento. A manipulação da vida social. Mas este correlacionamento entre quadro e estilo de vida também se faz espontaneamente nas representações dos indivíduos e dos grupos. As relações cotidianas estão cheias de associações derivadas de uma *certa experiência* e segundo as quais tal bairro corresponde a um tipo de vida popular, tal outro é “burguês”, enquanto a cidade X “não tem alma”, ou que a vila Z conserva seu encanto... Mais além das *imagens sociais* suscitadas pelas zonas urbanas, e cuja análise faz parte propriamente das representações ideológicas com relação ao quadro de vida encontramos-nos em presença da seguinte questão prática e teórica: *existe uma relação, e qual, entre o quadro ecológico e o sistema cultural?* (CASTELLS, 1983, p.155-156).

Dentro da ótica social, o individualismo é intensificado em razão de carências as quais provocam formação de grupos isolados, produzindo diferenciação e competição entre os que são da classe econômica dominante e os que não são, mas adquirem alguns “símbolos da elite” ou até mesmo entre os que aspiram subir de classe econômica, mas

não estão nem possuem tais símbolos, ou seja, a competição presente se dá de duas formas: a primeira é com a diferenciação social que amplia as variações de grupos sociais:

Dimensão de uma cidade: quanto maior ela é, maior o leque de variação individual e maior também a diferenciação social; o que determina o afrouxamento dos elos comunitários, substituídos pelos mecanismos de controle formal e pela competição social. (...) a fluidez do sistema de classes, e a taxa elevada de mobilidade social explica por que a afiliação a grupos não é estável, mas ligada à posição transitória de cada indivíduo: há portanto predomínio da associação (fundamentada na afinidade dos interesses de cada um) sobre a comunidade, definida pela filiação a uma classe ou status. Coincide também com a diversificação da economia de mercado. (CASTELLS, 1983, p.130, grifo nosso).

Como também a segunda forma é a prática por parte das pessoas de fazer uso da análise do *status* do indivíduo em supressão do ato de refletir sobre o “ser” para fins intelectuais ou para valoração da essência de caráter de alguém. O valor de mercado que o indivíduo apresenta nos grupos sociais através da ostentação de seus símbolos por meio de objetos, roupas, ambientes cujo consumo não é acessível economicamente (imóveis, veículos etc.) é o que Marx (1988) dizia acerca da “rentabilidade máxima da utilização da força de trabalho” não se materializa para a subsistência do “ser” e sim para ostentação, a fim de mostrar que “ter” os símbolos do consumo é o valor que a cultura urbana elitista através dos veículos de comunicação de massa propaga e impõe como padrão de bem estar e de felicidade.

A inter-relação do urbano/moderno com o consumismo abre espaço para a incidência de ações de imediatismo as quais aproximam o acesso a bens supostamente universais com réplicas de instrumentos de modernização (conceito economicista) e aparentemente homogeneizadores. Valores os quais transitam pela mídia através da imposição ao consumismo cria no indivíduo a ânsia de adquirir símbolos de modernidade a fim de ser visto como bem sucedido pela sociedade e/ou por grupos considerados elitizados. Isso é fruto das fraquezas adquiridas pelo indivíduos originadas da imposição de modelos de pessoa com hábitos propagados pela sociedade pós-moderna os quais estabelecem que a consciência do ser humano deve girar em torno da aquisição de símbolos de *status* a fim de ser aceito pela sociedade de consumo.

#### **2.4. Relações Humanas e Seus “Valores” Midiáticos em Tempos de Consumismo Imediatista**

O cotidiano das pessoas e o relacionamento entre elas são marcados por inúmeras práticas que envolvem as formas delas se manterem próximas. Afinidades e/ou

discordâncias em comportamentos tendem a ser fatores que delinham a manutenção dessas aproximações. Diante disso, a identificação pelas pessoas umas com as outras é adotada em razão de posicionamentos de ideias e como cada uma delas defende e enxerga as ações de outrem diante das situações diárias que cercam cada ente da sociedade. Isso é uma forma relevante de manter vínculo entre as pessoas e de compreender as razões que levam alguns terem maior vínculo com uns em detrimento de outros.

No entanto, o sistema capitalista cuja força motriz para adquirir o que a faz obter êxito que é o lucro, através de seu elemento símbolo de sucesso que é o dinheiro, consegue inverter a ordem de prioridades de valores a serem enaltecidos pelos integrantes da sociedade. Consegue transformar o homem dentro das relações com os outros e com o próprio meio em um mero sujeito que deve ser escravo do consumismo exacerbado caso queira alcançar notoriedade social e prestígio capaz de alimentar seu orgulho em ser considerado valorizado por onde transitar.

Com tal imposição de prioridades nas escolhas ao indivíduo a fim de que ele seja “apreciado” pela sociedade pós-moderna, a essência de caráter se converte em um detalhe o qual passa a ser considerado pouco relevante. Para efeitos práticos, significa que não importa o caminho que é percorrido para se chegar em algum lugar, o importante é chegar, mesmo que para isso sejam atropelados e/ou depreciados a dignidade e os direitos de outrem. Para ser inserido no padrão de sujeito aceito pela sociedade capitalista, “ter” e “parecer ter” possuem relevância preponderante, pouco importando os valores de caráter e as relações humanas oriundas de nobreza de conduta e/ou gestos tais quais, afeto, carinho, compaixão, altruísmo e honestidade.

A partir de tais percepções, a emergência de satisfação devido ao ritmo de consumo que o capitalismo estabelece ao ter que adquirir a última moda em qualquer objeto lançado independente se o possível futuro consumidor possui ou não condições econômicas de adquiri-lo, tal rapidez acarreta num imediatismo junto ao alcance de satisfação em seu íntimo, e é exatamente em tal especificação dentro do gênero ansiedade que as drogas surgem como “produto” capaz de conceder de imediato o prazer almejado.

A globalização, no contexto mais economicista, a qual inevitavelmente é refletida no Brasil, traz consigo carências e necessidades rápidas junto aos adolescentes, jovens e a sociedade como um todo. Com isso, o contato com os efeitos maléficos do tráfico de drogas pode ser vivenciado inclusive dentro das escolas, haja vista a presença de uma

elevada quantidade de potenciais consumidores transitando em um cenário de aproximação entre colegas consumidores ou não e porque não dizer da presença de revendedores dessas substâncias degenerantes.

No instante em que o potencial dependente está inserido dentro do patamar de vulnerabilidade em razão da carência de algo que necessita em caráter emergencial, pondo sua conta em risco em nome do alcance de prazer, ele não percebe suas consequências com a mesma preocupação que tem de consumir um entorpecente. Sua dependência é inevitável e as perdas quando o corpo tem contato com tais substâncias não mais podem ser resgatadas mesmo que seja extinto drasticamente seu consumo, os danos causados durante o tempo que se consumiu não podem ser recompostos pelo organismo mesmo quando se desintoxica nem quando se elimina o seu consumo de maneira definitiva.

Deste modo, a vulnerabilidade emocional por parte daqueles indivíduos que experimentam as drogas rotuladas ilícitas é um elemento-chave na compreensão das razões que os levam a se tornarem usuários, e eis algo que deve considerado como uma ação imediata a ser tomada pelos setores que podem, de maneira direta, atuar com políticas que contribuam para frear o aumento do mercado consumidor em nosso país e reduzir a sobrecarga da atuação da segurança pública no viés da polícia nesta área: o ato de prevenir de forma enérgica o contato entre os indivíduos com esses psicoativos. Devem ser intensamente evidenciados os efeitos maléficos no organismo, pois os resultados do consumo são sempre devastadores, sendo imprescindível a atuação no sentido de evitar que os adolescentes da atualidade cheguem a ter contato com tal substância que age desequilibrando o usuário e degenerando esse organismo sem condições de recuperar o que já foi destruído mesmo quando o indivíduo conseguir frear seu consumo.

### **3. COMPETÊNCIA DESCENTRALIZADA DA EDUCAÇÃO PARA A SEGURANÇA PÚBLICA E O PAPEL DO ESTADO NO PROBLEMA DAS DROGAS**

#### **3.1. A Necessidade de Educar na Escola Para a Segurança Pública**

A função de se educar na escola para a segurança pública não está fundamentada em atribuir este papel exclusivamente para a educação e desonerar qualquer responsabilidade que a segurança pública tem junto a busca por harmonia entre os indivíduos sociais. Consiste tão somente em convocar o Estado a cumprir seu poder de delegar funções com eficiência de modo a ofertar efetivamente aparato capaz de fazer com que cada entidade institucional exerça o seu papel com êxito, a fim de que não haja a sobrecarga de setores da esfera pública, sobretudo, o da segurança na solução de conflitos de cunho infracional.

Segurança pública não é apenas o exercício do poder de polícia em atividades de natureza corretiva de frear a perturbação da ordem pública. A polícia e seus agentes, por exemplo formam um elemento que compõe essa estrutura. A Segurança, vinculada ao Estado, objetiva empenhar ações e ofertar direta e indiretamente medidas que possam nortear na condução dos cidadãos ao alcance de suas práticas de ir e vir e sobreviver da forma mais harmônica possível dentro da convivência em coletividade. Assegurar a proteção coletiva e a manutenção dos bens e serviços públicos está dentro do papel das instituições que compõem o Estado e a entidade em questão.

Recorrer a medidas de caráter paliativo jamais deve ser corriqueiramente aplicado pelo Estado no investimento com a educação ou em quaisquer outras áreas estatais. Caso isso seja frequente e considerada a maneira mais conveniente do Estado de investimento nos cidadãos brasileiros, os conflitos jamais serão reduzidos e o caos na convivência em sociedade trará a impossibilidade de atuação do poder de polícia, pois quando só esse setor estatal tenta resolver problemas que já chegam ao grau de infração, o resultado é a percepção do Brasil como um país sendo direcionado sempre ao estágio de um passo da barbárie. Ao se buscar constantemente consertos aos problemas de forma provisória e não preventiva, esse uso recorrente a paliativos - cuja razão de ser é ter um papel eventual - chegará ao ponto de não sanar conflito algum por não suportar atender a sua demanda.

Nesta ótica, a transinstitucionalização no exercício de papéis, a partir da educação, é capaz de conseguir transitar e obter resultados na sua razão de ser com ampla facilidade em quaisquer áreas temáticas e entidades estatais em razão de possuir como característica principal de transmitir conhecimento e provocar o ato de se pensar para refletir. Esse meio apresenta em sua essência a habilidade em convergir com tal facilidade para a (re)construção de sujeitos capazes e aptos a conviver em sociedade com a cidadania, passível de reconhecer os limites da ordem no tocante aos seus direitos e obrigações.

Diante de tais percepções, Souza (2009) endossa essas questões na esfera segurança, evidenciando a necessidade da transinstitucionalização para a harmonia social, a saber:

O problema da segurança, portanto, não pode mais estar apenas adstrito ao repertório tradicional do direito e das instituições da justiça, particularmente, da justiça criminal, presídios e polícia. Evidentemente, as soluções devem passar pelo fortalecimento da capacidade do Estado em gerir a violência, pela retomada da capacidade gerencial no âmbito das políticas públicas de segurança, mas também devem passar pelo alongamento dos pontos de contato das instituições públicas com a sociedade civil e com a produção acadêmica mais relevante à área. (SOUZA, 2009, p.14)

Relacionando tais apontamentos, a prevenção do consumo de drogas se dá a partir do olhar na educação como suporte descentralizado da segurança pública. Isso implica evidenciar que ocorre com a percepção de que esse instrumento do Estado é a última entidade a ser buscada para sanar problemas tais quais os expressos na Constituição no artigo 144, a saber: “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”, e ainda há o apontamento para as funções nos incisos I e II com os seguintes dizeres:

I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins(...), Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, p.88, grifo nosso).

Conforme os termos “apurar”, “prevenir” e “reprimir” expressos, é patente as atribuições da segurança pública diante da sociedade na preservação da ordem pública. Desta forma, não há como exercer um papel educativo em suas práticas nem exercer os atos de prevenção com o rigor da palavra, e sim, de forma pontual, pois, há uma emergente necessidade desse ente público atuar na diminuição do crescente número de homicídios no país, que inclusive em 2012 que foi de 47.136 vítimas (dados colhidos do 7º anuário

brasileiro em segurança pública realizado em 2013), além de crimes cujo desfecho não resultam em óbito: crimes de estupro os quais são maiores do que os de homicídios, com 50.617 casos em 2012 e outras espécies de violência. Todos esses delitos precisam ser apurados pelas polícias competentes bem como o combate aos crimes que estão prestes a acontecer. São todas situações as quais a estrutura da polícia precisa atuar, sendo inviável praticar educação para a cidadania e evitar assim o aumento da criminalidade e da violência, pois a educação apresenta essa prerrogativa e há atribuições estatais para cada segmento público sob pena de praticar desvio de função.

O aperfeiçoamento do papel da educação para a cidadania gradativamente minimiza os gastos feitos com a segurança pública nas medidas de caráter corretivo. Eis então a necessidade e preocupação deste trabalho em potencializar a ampla capacidade que o ensino possui em razão de seu vínculo de forma direta e contínua com a nova geração de adolescentes, na formação desses indivíduos para sua melhoria como seres humanos a fim da obtenção do seu afloramento em se tornar agente modificador de sua própria realidade e dos que o cercam. Destacamos a profícua contribuição do Estado na esfera da educação no desenvolvimento pelos profissionais da educação de suas habilidades e competências para a cidadania do seu educando. Tal reconhecimento e aplicações em sala de aula decorrem sobretudo pela contrapartida das esferas governamentais legislativa e executiva realizando o massivo aparato econômico e pedagógico aos profissionais da educação; ocasiona na propensão da efetiva transformação da segurança pública em um estilo de atuação mais humanizado, característica só possível com a diminuição da sobrecarga de ocorrências de cunho infracionário através da redução da criminalidade.

### **3.2. Atuação Legislativa do Estado na Prevenção ao Consumo de Drogas**

A partir da homologação da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 a qual trata sobre o estabelecimento do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD) na qual “prescreve medidas para a prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas”. (Lei nº 11.343. Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad).

No tocante ao SISNAD em sua legislação cujo capítulo trata sobre a Prevenção do uso de drogas, o artigo 18 já estabelece quais são as atividades de prevenção do uso



indevido de drogas, “aquelas direcionadas para a redução dos fatores de vulnerabilidade e risco e para a promoção e o fortalecimento dos fatores de proteção.” Ou seja, evidencia quais são as atividades as quais são capazes de propiciar a redução de possível fragilidade e perigo para o uso de drogas. Sendo assim, transitando na mesma lei em seu artigo 5º, são elencados os objetivos do SISNAD e dentre eles está o comprometimento do Sistema em “contribuir para a inclusão social do cidadão” e logo tal artigo dialoga com o 18º: “visando torná-lo menos vulnerável a assumir comportamentos de risco para o uso indevido de drogas”. Essa redução externada, a grosso modo e de forma prática, consiste em fomentar a oferta de inclusão social de possíveis sujeitos vulneráveis, mas vale ressaltar que para o cidadão ser incluído socialmente antes precisa se sentir efetivamente cidadão.

Neste sentido, o papel do poder público deve ser de se auto estimular e se responsabilizar para ofertar serviços básicos os quais sejam capazes de conduzir o indivíduo a esta inclusão em seu cotidiano, e com isso, a aquisição de sua cidadania com acesso a serviços públicos básicos os quais o tornem apto a apresentar uma auto-estima estruturada de modo que tenha a capacidade de discernimento maior para não ser contagiado com a vulnerabilidade para o uso de drogas. Não que isso automaticamente elimine os riscos de ingresso no consumo de drogas, mas a probabilidade através do acesso a oportunidades de se auto-realizar minimiza sua propensão em ceder ao uso desses psicoativos, em razão de adquirir em si ofertas de satisfação pessoal através de meios no acesso a serviços básicos e assim efetiva inclusão social cidadã e eficácia da Lei do SISNAD.

Em se tratando direta e especificamente da educação e das drogas, o artigo 19 aborda diretamente a iniciativa por parte sobretudo do ensino público no seguinte:

X - o estabelecimento de políticas de formação continuada na área da prevenção do uso indevido de drogas para profissionais de educação nos 3 (três) níveis de ensino;

XI - a implantação de projetos pedagógicos de prevenção do uso indevido de drogas, nas instituições de ensino público e privado, alinhados às Diretrizes Curriculares Nacionais e aos conhecimentos relacionados a drogas. (Lei 11.343/06. Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad).

Deste modo, a escola possui uma elevada responsabilidade quando em conjunto com o suporte em paralelo dos papéis dos poderes públicos e com a colaboração da família; no entanto, é relevante destacar a capacidade ativa direta que os educandos e o

ambiente escolar de modo amplo pode acarretar com relação a atuar na persuasão diante dos adolescentes que frequentam as escolas públicas na atualidade. De forma urgente é imprescindível atrair o interesse do alunado para a abordagem do uso, consumo, seus efeitos, e os diversos malefícios que cercam o contato com o entorpecente, seja ele crack, cocaína ou a maconha.

O esclarecimento e a orientação voltados a forma de tratar a temática de modo a ensinar e orientar e não sob um discurso impositivo são nuances as quais o corpo docente pode obter mais êxito do que qualquer outro ente público, pois adolescentes apresentam nessa fase uma fácil propensão a desafiar negativas e proibições. Portanto, o diálogo pedagógico diante do público-alvo adolescentes tem uma probabilidade alta de produzir eficácia haja vista o poder de influência que o educando possui-caso os alunos com ele se identifiquem- de provocar neles o sentimento de credibilidade e confiança ante o que por ele é proferido e, deste modo, são amplificadas as chances dos alunos seguirem a linha de orientação do professor dentro do campo das decisões interpessoais de seu corpo discente.

Como instrumento legislativo didático a ser adotado no cenário educacional é imprescindível analisar alguns pontos evidenciados nos Parâmetros Curriculares Nacionais, mais especificamente os que tratam sobre o ensino médio. São os PCNs que orientam e garantem, dentre outros fatores, a socialização das discussões, pesquisas e são referenciais para a organização didática e pedagógica da educação brasileira bem como propulsores na construção da cidadania no âmbito da instituição educacional, os quais são porta de entrada no diálogo sobre psicotrópicos. Destaca-se os seguintes pontos os quais as escolas apresentam legitimidade de discorrer no ambiente educacional como referencial para a abordagem acerca da drogadição e suas implicações:

Em suma, a Lei estabelece uma perspectiva para esse nível de ensino que integra, numa mesma e única modalidade, finalidades até então dissociadas, para oferecer, de forma articulada, uma educação equilibrada, com funções equivalentes para todos os educandos:

a formação da pessoa, de maneira a desenvolver valores e competências necessárias à integração de seu projeto individual ao projeto da sociedade em que se situa;

o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico. (PCNEM, 2000 p.10, grifo nosso).

Além disso, esse PCNEM enfatiza a recomendação dessa relação de aprendizado e aplicação desse conhecimento: “a educação deve ser estruturada em quatro alicerces: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver e aprender a ser.”(idem).

O Estatuto da Criança e do Adolescente o qual estabelece as normas de cuidados e garantias as quais os adolescentes devem ter acesso, na questão relacionada à Educação, seu artigo 53 reproduz o que está expresso na Carta Magna da República de 1988, ao expor que: “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania”. (Estatuto da Criança e do Adolescente ECA-Lei nº 8.069/90). Há, contudo, um trecho o qual estabelece contrapartida desse adolescente quando evidencia garantias de liberdade a este ser de 12 a 18 anos. Vejamos o que é explanado acerca desta questão:

Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

II - opinião e expressão;

V - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;

VI - participar da vida política, na forma da lei.

(Estatuto da Criança e do Adolescente ECA-lei nº 8.069/90, grifo nosso)

Há parâmetros para que seja assegurada a liberdade defendida à criança e ao adolescente. Neste artigo em específico é recorrente o uso do verbo “participar”, ou seja, a ele não está garantido receber os cuidados e direito a experimentar de frutos de liberdade sem ônus de atuação. Ele precisa exercer participação (seja direta ou indireta) na vida familiar e comunitária e em especial destacamos dentro do direito à liberdade a abrangência de “participar” da vida política, na forma da lei. Evidentemente que não estamos falando em, dentro da menoridade, ser um agente político direto, mas o significado de vida política compreende a busca por uma forma de atuação diante de questões de transitam dentro do interesse público.

Não se trata de se posicionar definitivamente como um sujeito crítico-reflexivo tal qual o patamar de um ser graduado na esfera acadêmica; trata-se da aquisição de escolhas de comportamento e atuação de modo que agregue consigo o mínimo de racionalidade de modo que venha assumir compromissos de busca por autonomia identitária. O simples olhar de atenção a valores familiares e educacionais como o respeito aos seus respectivos personagens hierárquicos presentes nestas duas áreas que cercam a sua vida social, e a iniciativa de refletir sobre o que lhe for proferido, já podem ser consideradas tais ações como uma efetivação da liberdade vinculada à iniciativa de uma espécie de “participação” indireta da vida política dentro de suas limitações de idade, haja vista o adolescente está

em fase de crescente aprendizado e lapidação de sua personalidade e pode influenciar os integrantes de seu grupo no meio em que transita.

De acordo com a Constituição de 1988 em seu artigo 208, o dever do Estado no tocante a educação será assegurada a quem precisar, sendo obrigação desse a sua oferta e ainda é garantido que: “§ 1º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.”(Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, 2012, p.122). Isso implica afirmar que não pode em hipótese alguma haver a negativa dessa oferta, haja vista que caso qualquer pessoa sofra a recusa por parte do poder público competente ante a estudar na rede de ensino básico (ensino fundamental e médio), a ele está assegurado, dentro de normas jurídicas o cumprimento de seu direito, e cabe ao poder público apenas executar o direito; sendo assim, o acesso do indivíduo e sua permanência na escola se constitui como um direito líquido e certo.

Em se tratando da execução do preparo do educando para a aquisição dele para a prática do exercício da cidadania a Constituição Federal de 1988 nos capítulos os quais se reportam diretamente à Educação, o artigo 206 onde é dito: “O ensino será ministrado baseado nos seguintes princípios: (...) liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento a arte e o saber” (art.206-II da Constituição de 1988); o objetivo do processo educacional dentro do ensino básico é desenvolver o educando apresentando o papel do educador através desses princípios explanados.

Há, portanto, a liberdade no que se refere à atuação do profissional de educação nas práticas pedagógicas através do conhecimento a ele incumbido; sendo necessário apresentar, dentro dessa autonomia, a relação direta no ato de “transmissão do pensamento, da arte e do saber” com o entrelaçamento da produção do desenvolvimento intelectual através do estímulo ao afloramento do senso crítico presente no alunado que quase sempre está latente, mas existente em si e ele nem percebe que possui. Utilizando como pano de fundo o preparo a ser dado aos educandos na aquisição desses à “prática do exercício da cidadania” conforme externado no artigo anterior (205), eis, desta forma, na transmissão do conhecimento, a notória potencialidade dos entes membros da instituição educacional para a conversão do educando ao seu desenvolvimento crítico (função do ensino básico brasileiro).

Como efeito, o aluno através do seu vínculo contínuo com o ambiente do saber que é a sala de aula, e com os integrantes legítimos de transmissão do conhecimento

(professores), estará mais propenso a (re)conhecer os seus direitos fundamentais e a consequência disso será o alcance da capacidade de se tornar um indivíduo com plena autonomia intelectual capaz de pensar como um sujeito crítico e emancipado intelectualmente.

Através da provocação do estímulo no tocante ao saber crítico junto ao corpo discente, será possível a emergência da real construção de adultos aptos a transformarem positivamente a sua realidade, produzindo visibilidade na construção de perspectivas junto aos adolescentes que frequentam as salas de aula do ensino público básico em nosso país. Logo, o contato com o universo das drogas como consumidor, comerciante e beneficiário pode ser afastado de forma exitosa de modo que ele não obtenha vulnerabilidade ao acreditar em sua capacidade de enxergar que pode ser uma pessoa transformadora de sua realidade, adquirindo cada vez mais a sua cidadania efetiva e reduzindo índices de criminalidade e de medidas paliativas corretivas do Estado através da atuação da segurança pública.

A capacidade de produzir em si reflexões sobre a realidade que o cerca baseado em sua leitura racional é o desafio da educação, e tal iniciativa poderá converter o país não para ser apenas uma das cinco maiores economias do mundo, que no entanto é um dos que possuem o pior IDH no planeta e com uma desigualdade social a qual ainda é superior a 40 milhões de brasileiros na quantidade de miseráveis, desprovidos do mínimo de dignidade para sobreviver e desassistidos de qualquer acesso aos bens e serviços públicos vitais.

O investimento massivo na educação através de práticas caracterizadas com a efetiva construção de cidadania e compromisso no desenvolvimento genuíno dos indivíduos são fatores que alavancam progressivamente o país e são, de forma ativa, a força motriz para desenvolver e conduzir uma nação ao pleno estado de progresso de forma equânime sobretudo nos campos social e econômico.

A partir desses imprescindíveis apontamentos, verificamos que o enfrentamento para o decréscimo do contato e/ou o uso pelos adolescentes às drogas a partir da iniciativa de engajamento pelas instituições públicas dentro da sociedade é capaz de produzir os efeitos benéficos com definitiva eficácia. Evidentemente que conseguir anular a quantidade de alunos em contato direto ou indireto ao universo que cerca entorpecentes não é possível ainda conduzir essa aspiração ao campo do real a curto e médio prazos,

mas está dentro do alcançável sua redução e prevenção, tendo como auxílio nessa materialização ações executáveis dentro do ambiente escolar através do diálogo e da utilização de artifícios facilitadores para o uso de ferramentas de ensino a fim de persuadir o alunado para a condução dele ao o foco de sua formação cidadã.

Tais constatações são oportunas sobretudo em razão dos dizeres os quais endossamos nas afirmações expressas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996: “Art. 22. A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhes a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-lei nº 9.394/96).

Não é ignorado o fato de que, ao se reportar especialmente para adolescentes, existe a prática de resistência por parte deles com relação ao seu interesse em atentar para o discurso pedagógico em sala de aula, este desafio é um dos maiores entraves no êxito no processo educacional como um todo. Contudo, quando este adolescente mesmo que queira frequentar a escola com a finalidade de se socializar com outros colegas ou por obrigação de seus responsáveis diretos, para todos os efeitos, ele está em contato com este ambiente capaz de ser transformador de sua realidade, e eis a potencial vantagem que o professor apresenta: ser ouvido e poder transmitir informações e orientações para o seu alunado.

Nesta lógica, não são desprezados os fatores de rejeição presentes em adolescentes os quais são induzidos a ter suas vontades atendidas sob pena dos pais quererem repreender os professores caso eles exteriorizem supostas “vozes de comando” para seus filhos, quando os docentes tão somente querem organizar a sonoridade paralela dentro da sala de aula. No entanto, apesar da inversão de valores educacionais hoje presentes dentro das escolas brasileiras onde grande parcela dos alunos “mandam” ao serem irrepreensíveis em razão da ausência de limites que eles apresentam em seus comportamentos, gerada por seus ascendentes diretos através da inércia de disciplina na educação de seus filhos em casa, o cenário pertencente ao ensino básico apresenta plena legitimidade de modificar a mente daqueles que a frequentam.

Embora haja adolescentes que não pratiquem a evasão escolar tão somente com o intuito de agradar os pais ou apenas para concluir o ensino médio e se socializarem com outros colegas, a presença deles no ambiente escolar é um fator chave para se obter a

possibilidade concreta de educá-los, poder ouvi-los e até fazer com que eles interajam em ações discussivas de crescimento intelectual no ambiente escolar. Tais possibilidades podem aproximar o saber para a vida deles bem como a confiança por parte deles em enxergarem o professor como um agente que merece ser ouvido. Torna, este membro da instituição educacional, como um adulto passível de merecer atenção caso o docente utilize de estratégias de proximidade com o educando. Não é uma consequência automática, mas com forte condição de resultar em confiança pelo aluno na figura do professor que a ele dá atenção e que nesse discente acredita como alguém com qualidades presentes e que os demais entes estatais e sociais ignoram.

Dentro do exercício pedagógico no espaço escolar, fazer uso da relação entre conteúdo programático, formação do ser humano e maximização do entendimento do mundo o qual o cerca, facilitam a atratividade pelo adolescente em sala de aula. Envolvê-lo identificando elementos de sua vida ou seu cotidiano ao conteúdo e discurso pedagógicos propiciam com maior efeito o interesse desse aluno à valorização do ensino, que pode conduzi-lo ao estado de sujeito com capacidade de raciocínio; protagonista modificador direto de sua realidade, distanciando-o de possível ingresso na criminalidade e ao universo das drogas.

A possibilidade de ouvir o aluno implica dizer que o ensino está inserido na troca de informações através da abertura de espaço para o aluno a fim de que ele acredite em si e faça emergir sua capacidade de produção de sentido ao ato de pensar diante da observância crítica da sua realidade social. Tal prática mediada pelo profissional da educação conduzirá este educando à construção de análise do universo da drogadição e seus preâmbulos no tocante à modificação de sua vida e de seu intelecto uma vez apresentada a existência ativa na capacidade de acúmulo de saberes os quais são os maiores instrumentos de transformação social e afastamento de envolvimento com qualquer implicação que ameace a sua integridade. Destacamos, assim, o apontamento explanado por Biz e Guareschi (2005) acerca do que enfatizamos; a saber:

é necessária a criação de processos e práticas que façam com que os filhos e filhas das famílias que formam uma sociedade, possam ser preparadas e treinadas para que passem a fazer parte dela sem problemas e conflitos. Pois essa deveria ser a tarefa da educação em geral e das escolas em especial. (BIZ; GUARESCHI, 2005, p. 16).

Ao discorrer sobre a Educação à luz do Direito Constitucional, podemos enfatizar, dentre diversos elementos, o termo “desenvolvimento” expresso na Carta Magna de 1988

ao tratar diretamente acerca da Educação, estando entrelaçada no trecho com uma pretensão que deve ser efetivada por parte da entidade educacional. Segue o fragmento:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, 35 ed., 2012, p. 121, grifo nosso).

Reiterada também na LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), a busca pelo “desenvolvimento” ainda traz consigo o papel do ensino básico brasileiro de forma patente, que é o pensamento crítico conforme expresso no artigo 35 da lei, a saber:

Art. 35º. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico. (Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 6. ed., 2006).

O educador por sua vez deve exercer uma função que vai além do ensino engessado de apresentar um conteúdo apenas; esse desenvolvimento do indivíduo está associado diretamente ao ato de promover a formação de sujeitos críticos. Criticidade é um elemento delineador do ensino básico (formar sujeitos críticos), primeira etapa para o desenvolvimento pleno do educando, pois ao concluir uma graduação o indivíduo deve se tornar além de um sujeito crítico, adquirir a condição de sujeito reflexivo. Portanto, a criticidade está sob a responsabilidade do ensino básico (ensino fundamental e médio) sendo norteadora do ingresso ou não de seus adolescentes à criminalidade e/ou fragilidade ao contato com o universo das drogas.

Baseando-se na relevante percepção por parte das instituições educacionais nessa responsabilidade de conduzir o ensino para a formação cidadã, concorda-se com Xavier (2011), ao se debruçar sobre a temática através da seguinte argumentação:

Na Língua Portuguesa, o adjetivo *crítico* origina-se da palavra *crise*, substantivo que designa questionamentos, situação conflitante. Nessas condições, a expressão “*pôr em crise*” representa uma necessidade humana de não conformar-se com que é dito/posto, mas, a partir do apresentado, problematizar questões na tentativa de posicionar-se como um sujeito que pensa e que age frente as mais diversas situações a que é exposto. Como vemos, está a necessidade de construção de práticas educativas que tenham como objetivo estimular o pensamento crítico no aluno. Nesse sentido, a noção de criticidade que defendemos é a de que todo e qualquer indivíduo tem a capacidade de posicionar-se como sujeito transformador de sua realidade social. Formar um sujeito crítico corresponde ao mesmo que habilitar indivíduos à liberdade de pensamento e à consciência de que sua opinião diz muito para a formação de uma sociedade cada vez mais democrática. (XAVIER, 2011, p. 41-42).



Neste sentido, a abordagem sobre o eixo temático “enfrentamento das drogas através do espaço de sala de aula” resulta em maior facilidade de êxito no tocante às práticas dialógicas através de trocas de informações sobre suas experiências e a penetração no ato de discutir e instruir o educando acerca das implicações inevitavelmente vinculadas à permanência do indivíduo no universo da drogadição. A busca pela interação nesse diálogo com a temática através do discurso presente nas concepções de ensino é uma forma dinâmica capaz de produzir, além do conhecimento crítico já apresentado, conduzir o educando para encontrar a sua própria leitura e a consequente reflexão no tocante ao desencadeamento de um possível vínculo com entorpecentes e com a criminalidade.

O exercício de opinar deve ser praticado pelos alunos mesmo com suas peculiaridades viciadas, atrelando a sua capacidade de raciocinar sobre as discussões levantadas, a eles deve ser dada a autonomia de expressar de suas concepções, mesmo que no primeiro momento sejam equivocadas. Mas a prática de dar-lhes confiança em sua potencialidade de refletir baseada em informações que os provoquem no amadurecimento intelectual em refletir com sua própria mente, trará um novo olhar sobre a leitura de si como alguém que pode transformar a sua vida e ir além nessa transformação através do conhecimento a partir da confiança de sua capacidade de aquisição do saber.

É necessária a convicção de que o caminho da drogadição apresenta desvantagens tais quais a degeneração física, psíquica, prejuízo financeiro, prisão e até a sua morte do que se envolve com o psicoativo, mas é fundamental focar que o saber é capaz de propiciar os benefícios que ele necessita. É nesse estágio de concepções discussivas que a troca recíproca de opiniões está passível de lapidação nos valores presentes nos adolescentes: analisar o juízo de valor deles anteriormente adquirido e a sua concepção agora formulada a partir do contato com o saber através de práticas de posicionamento crítico da realidade social que o cerca possíveis a partir da busca do conhecimento.

### **3.3. Enfrentamento da Drogadição Diante do Crescente Consumo de Crack, Cocaína e Maconha no País**

A quantidade de crianças e adolescentes no Brasil, mais precisamente na faixa de 0 até os 18 anos, de acordo com dados do Censo de 2010 representam 31.3% da população brasileira, ou seja, mais de 59 milhões de pessoas. Ao recortar a análise para os adolescentes (entre 12 e 18 anos) totaliza-se em porcentagem 12,6% da população do país superando a marca de 24 milhões de brasileiros.

Conforme dados do Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (OBID) segmento de caráter público vinculado ao Ministério da Justiça e financiado pelo Ministério da Saúde existente desde 2002, os números levantados de consumidores adolescentes de Crack, Cocaína ou de Maconha entre 2001 e 2005 foram os seguintes:

| <b>Comparações das frequências de uso na vida de drogas no Brasil, em 2001 e 2005 (em %) – Jovens de 12 a 17 anos</b> |                  |     |       |      |     |       |
|---|------------------|-----|-------|------|-----|-------|
| Drogas  | Período de tempo |     |       |      |     |       |
|   | Uso na vida      |     |       |      |     |       |
|   | 2001             |     |       | 2005 |     |       |
|   | M                | F   | Total | M    | F   | Total |
| Maconha   | 3,4              | 3,6 | 3,5   | 3,9  | 2,5 | 4,1   |
| Crack   | 0,2              | 0,4 | 0,3   | 0,1  | 0   | 0,1   |
| Cocaína   | 0                | 0,9 | 0,5   | 0,4  | 0,4 | 0,5   |

Fonte: I e II Levantamento Domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil-2001 e 2005.

É percebido através desses números com relação ao consumo que: no caso da maconha, entre os adolescentes do sexo masculino no transcurso de 4 anos houve um aumento de 0,5% no consumo quanto às adolescentes, ocorreu uma queda e o mesmo é percebido com relação ao consumo de cocaína, tanto no quadro de também crescimento de consumo entre homens como se mantém de 2001 para 2005 uma queda entre mulheres nas faixas etárias de 12 a 17 anos assim como caiu com relação ao uso da maconha. Já no consumo de crack apesar do uso entre o sexo feminino ser reduzido de 0,4% em 2001 para 0% em 2005 reproduzindo a tendência dos dois entorpecentes anteriores na queda de uso, com relação aos adolescentes do sexo masculino segundo dados do OBID, foi o psicoativo que apresentou redução de 0,2% no consumo para 0%.

Não há explicações precisas e detalhadas com relação a essas estatísticas, mas o consumo de adolescentes do sexo masculino pode ter sido reduzido com relação ao crack neste período não necessariamente em razão da diminuição dos consumidores homens. Pode ter ocorrido uma migração para a adesão ao consumo de outras drogas ou o óbito de parcela significativa dos consumidores adolescentes do sexo masculino neste período, não podendo ser conclusiva esta constatação em virtude da crescente oferta de consumo

e comercialização inclusive do crack (droga mais barata do que a cocaína) e de outras drogas pertencentes ao segmento da ilicitude no território nacional.

Uma pesquisa realizada pelo CEBRID (Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas) vinculado à Unifesp (Universidade Federal de São Paulo) realizada em 2010 nas 27 capitais brasileiras, foi delimitado o estudo à coleta de dados pertencentes ao uso de substâncias psicotrópicas entre os estudantes de 10 a 18 anos. Conforme a quantidade de alunos que frequentam a rede pública de ensino no Brasil de acordo com dados de 2009 e 2010 do IBGE e do MEC, temos 31.280 estudantes, sendo que 51,2% são do sexo feminino e 47,1% do sexo masculino. Com base nessa totalização e atentando para os dados da pesquisa do CEBRID foram sintetizados os seguintes números dentro do cenário dos estudantes vinculados ao ensino público fundamental e médio os quais consumiram em algum momento da vida até 2010 uma das três drogas psicotrópicas:

| <b>Consumo na vida de drogas no Brasil entre estudantes da rede pública, em 2010 (em %) – Adolescentes de 10 a 18 anos</b> |   |                  |                  |                        |                        |                       |
|--|---|------------------|------------------|------------------------|------------------------|-----------------------|
| Tipo de Droga  | Alunos apenas da rede pública de ensino básico (fundamental e médio) Em porcentagem |                  |                  |                        |                        |                       |
|  | Vida <sup>1</sup>   | Ano <sup>2</sup> | Mês <sup>3</sup> | Frequente <sup>4</sup> | Masculino <sup>5</sup> | Feminino <sup>5</sup> |
| Maconha  | 5,8   | 3,7              | 2,0              | 0,3                    | 7,3                    | 4,4                   |
| Crack  | 0,7   | 0,4              | 0,9              | 0,1                    | 4,0                    | 1,7                   |
| Cocaína  | 2,8   | 1,9              | 1,2              | 0,2                    | 0,4                    | 0,5                   |

Fonte: VI Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas entre estudantes do ensino fundamental e médio no Brasil em 2010- CEBRID

<sup>1</sup>Consumo feito em algum momento da vida até o ano de 2010

<sup>2</sup>Consumo feito durante o ano de 2010

<sup>3</sup>Consumo reconhecido pelo entrevistado durante o mês em que houve a entrevista

<sup>4</sup>Consumo reconhecido com frequência e considerado pelo aluno entrevistado como consumidor usual do psicotrópico.

<sup>5</sup>Consumo reconhecido pelo entrevistado em algum momento da vida até 2010.

Ainda conforme explanação da pesquisa realizada, ao fazer alusão comparativa ao ano de 2004 em que foi feita pesquisa similar, o consumo entre os estudantes do ensino fundamental e médio também do ensino público em que os alunos entrevistados admitiram o uso em um ano durante 2004 de maconha, crack ou cocaína foi de: 4,6% de maconha; 0,7% de crack e 1,7% de cocaína.

Pode ser observado que um outro segmento IPAD – Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Políticas Públicas do Álcool e outras drogas, vinculado diretamente também à UNIFESP, utilizando os números recentes de sua pesquisa através do LENAD (Levantamento Nacional de Álcool e Drogas) sob o apoio financeiro do CNPq e FAPESP com relação ao consumo de drogas, podemos destacar os seguintes dados:

Consumo de Cocaína chegou a quase 6 milhões de brasileiros (4% da população adulta), sendo que 3% dos mais de 24 milhões de adolescentes admitiram ter consumido maconha ou crack, chegando ao número de 442 mil e 244 mil tiveram contato em 2011 (2% entre 12 e 18 anos). Um dado importante a ser evidenciado é que, de acordo com o levantamento colhido em 2011, 45% dos usuários de cocaína experimentaram pela primeira vez antes de completar 18 anos. Isso implica dizer o risco de vulnerabilidade que o adolescente apresenta é evidente e ainda se faz necessário reproduzir as considerações do INPAD acerca dos dados no que diz respeito à penetração do adolescente nessas estatísticas:

A idade de experimentação é um indicador importante, uma vez que estudos mostraram que há uma relação entre a precocidade do uso e o aumento do risco de desenvolvimento de dependência e de outras doenças psiquiátricas. Constatamos que quase metade dos usuários (45%) experimentam cocaína pela primeira vez antes dos 18 anos de idade. ([inpad.org.br/lenad/cocaina-e-crack/resultados-preliminares](http://inpad.org.br/lenad/cocaina-e-crack/resultados-preliminares)).

Ainda de acordo com o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Políticas Públicas do Álcool e outras Drogas, apesar do Brasil não ser o maior consumidor de cocaína do mundo (o que lidera esse *ranking* é os Estados Unidos com 17% da população total) o 9<sup>a</sup> lugar é posição preocupante, vencendo inclusive para a Colômbia que na década de 1990 era mundialmente conhecida pelo amplo envolvimento com o tráfico e o consumo de drogas.

Em se tratando do consumo total de psicoativos, o Brasil se tornou desde 2011 o 2<sup>o</sup> maior consumidor de drogas no mundo. Apresentou 2,8% de sua população como consumidora de entorpecentes. Inclui-se nesses números não só a cocaína, mas também o consumo de crack que inclusive tem seu valor de mercado mais barato em razão da possibilidade de ser misturada a bicarbonato de sódio, amoníaco e qualquer substância. O seu efeito dura até 15 minutos aumentando a possibilidade de dependência em razão da curta duração do efeito e a celeridade de atuação na corrente sanguínea. No caso da cocaína sua durabilidade gira em torno de 40 minutos e seu contato se dá através da

inalação do pó, produzindo o efeito final no sistema nervoso; diferente do crack no qual é possível fumar a sua pedra e com isso os efeitos atingem inicialmente o fluxo sanguíneo para depois chegar ao cérebro, isso se dá em um tempo menor do que a cocaína.

Um fato preocupante e eis a importância decisiva da escola diante dessa realidade é que, na pesquisa elencada pelo INPAD mais de 70% das pessoas consultadas confirmaram a grande facilidade de se ter acesso às drogas e, sobretudo à cocaína e ainda 48% deles admitiram que se tornaram dependentes. Diante dessa realidade atuar em prol de um conjunto de ações de natureza preventiva, fomentadora de intervenções educativas revestidas de diálogo que aproxime o educando a discutir essa problemática, contribuirão para alcançarmos políticas de controle da dependência e do uso degenerador das drogas no Brasil.

## 4. FUNÇÃO DO ENSINO NO ENFRENTAMENTO AO CONSUMO DAS DROGAS E SUA FUNÇÃO ESTRATÉGICA DE EDUCAÇÃO PARA A SEGURANÇA PÚBLICA

### 4.1. Drogas e Seu Atrrelamento Essencialmente na Economia do Crime

Fazendo uma abordagem sobre as ações criminosas no país, embora sejam consideradas práticas ilegais, elas são na verdade espécies de atividades econômicas, e o que move preponderantemente esse “negócio” é o tráfico de drogas em todas as suas nuances as quais quase sempre estão atreladas a formas de violência através da extorsão em larga medida do patrimônio material do outro e a subtração da vida de quem de alguma forma não contribui para o aumento do lucro oriundo da criminalidade e da produção e comércio de drogas. Com base no precursor do estudo acerca da teoria econômica do crime Gary Becker (1968), dentre outros fatores defendidos por ele sobre o assunto, o mercado que envolve a drogadição é proveniente da desigualdade social fruto da ausência equânime de distribuição de renda, e isso reflete diretamente no aumento da criminalidade. É o que está relacionado ao que ele chama de perda social diante do universo capitalista.

Seguindo essa ótica é inevitável concordar com Silva (2007) ao sintetizar de forma contundente uma interpretação a qual merece ênfase acerca do ingresso de pessoas na criminalidade e em práticas de violência, ambas presentes no mundo das drogas, a saber:

O papel que o rapaz desempenha é multifacetado. Ele participa da reprodução do mundo do crime no sentido de que é efetivamente um agente nesse contexto. Por outro lado, ele assumiu para si os valores disseminados e fortalecidos pela ação do tráfico e da sociedade de consumo e escolheu um estilo de lazer “embalado”, nas “baladas”: mulheres e drogas. Entrar para o movimento leva cada rapaz a um estilo de vida radical: prazer total, adrenalina. Além disso, ele também acredita que está defendendo a honra. Nas comunidades morrer ou matar só são considerados como crime em função da análise da situação e dos envolvidos. Mas, a decisão de entrar para o crime é tomada menos em nome da honra do que de necessidades de consumo. Situações, por vezes corriqueiras, são dadas como justificativa dessa escolha: a morte do pai, mesmo que por causas naturais, ou a morte de alguém que garantia para o jovem o consumo de supérfluos, ou mesmo a falta de recursos para comprar presentes “bons” para a mãe ou a namorada, ou para manter o estilo de consumo disseminado pela mídia: roupas de marcas e aparelhos eletrônicos de comunicação. Esse rapaz também se considera ousado, corajoso, com disposição. Além disso, é mais inconformado e comunicativo. Porém, como dissemos antes, o controle dos indivíduos sobre o curso dos acontecimentos não é absoluto, muito menos em um lugar onde a justiça é sumária e se coloca a juventude exposta a um estilo de masculinidade baseado na força e no poder. No movimento o controle sobre a conduta de cada um é rigoroso. (...) o controle do menino também se limita com a estrutura de reprodução do crime dos pobres que inclui o sucateamento da escola e a super

exploração do trabalho. Na verdade o garoto aceita todas essas condições adversas por dinheiro. (SILVA,2007,p-203-204,grifo nosso).

É oportuno enfatizar que a presença dos valores de consumo através da pressão da sociedade promovedora do enaltecimento do “ter algo” para poder ser valorizado em detrimento do “ser” potencializa substancialmente o indivíduo, e sobretudo o adolescente, a apresentar resultados imediatos quanto ao nível de *status* que consegue atingir, e isso se dá em todas as áreas da vida e de forma ininterrupta. Assim, as formas existentes para se chegar a este nível são ignoradas e sim é levado em consideração o puro fato de chegar em determinado nível de reconhecimento de identificação com o modelo de ostentação imposto pela sociedade de consumo. Antes de se buscar o efetivo combate ao uso e consumo de drogas, deve-se atentar para os valores proliferados na sociedade pós-moderna haja vista que tais valores conseguem gerar conflitos com maior facilidade aos que ainda desconhecem a importância de se buscar a sua emancipação identitária e autonomia intelectual capazes de reduzir em conjunto os efeitos dos valores consumistas os quais acarretam em maior vulnerabilidade psicológica à aderência a meios que facilitem o alcance imediato de satisfação.

#### **4.2. Papel de Influência do Professor na Minimização do Ingresso de Alunos ao Universo da Drogadição**

Dentro da realidade das escolas brasileiras, as drogas e suas consequências fluem na sociedade devastando grande parte dos adolescentes. Os educadores, em sala de aula, possuem em mãos uma potencial e decisiva ferramenta: a palavra e o poder de dialogar através do vínculo que apresenta na condição de docente desse alunado; podendo transmitir tudo aquilo que há de melhor para o corpo discente. A educação é fundamentalmente a entidade minimizadora da atuação corretiva da segurança pública no controle da criminalidade.

As liberdades individuais não poderiam ser confundidas com emancipação pessoal, essa se volta a autonomia do indivíduo com relação a seus pensamentos e capacidade de se tornar independente dentro do campo das práticas, condutas e percepções acerca da realidade social a qual ele está inserido. Já com reação às ditas liberdades individuais há em certa medida uma ausência ou anulação de limites nas decisões e comportamentos quando não estão acompanhadas da consciência de direitos e obrigações bem como a percepção de que nem tudo o que existe o indivíduo tem liberdade de usufruir.

Os alunos passam a ter acesso à satisfação de sentidos de forma rápida através do consumo de entorpecentes e com a divulgação por parte do ofertante ou até do aluno que consumiu, de que a sensação ao se experimentar é de completo e indescritível prazer. Esse colega ouvinte passa a ser influenciado pelos seus colegas, resultando com isso no aumento do mercado consumidor da droga através do ambiente de acesso o qual é inevitável deixar de comparecer para aquele que busca ser um cidadão. No entanto, pode ser o ambiente mais vulnerável e capaz de ganhar consumidores do que qualquer outro espaço socializador caso haja a inércia pelos educadores de plantão com a temática, correndo o risco da transformação do cenário natural de abertura de horizontes intelectuais e de conhecimento crítico em um rol de influência perverso de mercado consumidor e fornecedor de drogas.

Tal observância é endossada teoricamente por Carnili-Contrin (1998) ao expressar o seguinte:

Estudiosos como Reinerman e Levine (1989) defendem que, para um entendimento mais completo desse processo tão intenso de preocupação e atuação contra as drogas proibidas, é preciso recuperar o contexto político de transição das políticas de bem-estar social para as políticas neoliberais. Assim é que se assiste internacionalmente a um processo exemplarmente iniciado nos Estados Unidos de R. Reagan e na Inglaterra de M. Thatcher. Na proposta neoliberal, as políticas de proteção aos indivíduos vulneráveis social e economicamente vêm sendo extintas, a privatização de serviços estatais é crescente e a tônica da retórica política insiste em atribuir somente ao indivíduo a responsabilidade por seu próprio sucesso, abstraindo o papel do Estado de prover direitos básicos e universais como saúde e educação. A proposta neoliberal preconiza o Estado Mínimo, que aposta na competitividade do mercado como regulador social, o que acaba por produzir uma legião de excluídos socialmente, que passam a ser responsabilizados pelo seu próprio fracasso. Ou, como quer Reinerman, no neoliberalismo, os indivíduos com problemas são reconceituados como indivíduos que causam problemas. (CARNILI-COTRIN, 1998, p.4).

O uso desse tipo de substância química o qual provoca dependência quanto ao seu consumo de forma praticamente irreversível tem se tornado cada vez mais fora de controle, sobretudo entre jovens e até adolescentes os quais passam a experimentar tal psicoativo em razão de vários fatores, mas que poderiam ser resumidos por ausência de satisfação ou perspectiva em sua vida. Não necessariamente essa supressão de perspectiva está vinculada à questão econômica, pois muitos indivíduos de alto padrão financeiro recorrem ao uso de drogas, e, neste caso, busca-se provavelmente por uma insatisfação junto a questões ou preenchimento de necessidades as quais o dinheiro não pode comprar e/ou suprir determinadas lacunas.



A procura pelo consumo da droga pode ser oriunda da busca por alguma sensação de prazer a curto prazo, sem a necessidade da contrapartida de terceiros para adquirir tal satisfação ou até mesmo o consumo se dê a fim de ser obtida uma fuga (no momento em que dura o efeito supostamente anestésico da droga) por alguns instantes da realidade na qual o indivíduo enfrenta com decepções e negativas as quais podem ser presentes independente de sua condição econômica.

A sensação a mais que se imagina ser um refúgio às angústias do sujeito consumidor, pode ser melhor do que tudo o que já se pode ter acesso dentro do campo emocional e imaterial. Contudo, seus efeitos posteriores como a dependência e a degeneração do sistema nervoso e do corpo como um todo em nome do imediatismo são esquecidos em razão do indivíduo considerar ter controle sobre sua dependência ou até mesmo desconsiderar que os reflexos negativos sejam em escala menor do que a propagada e a longo prazo. A busca pelo uso, as vezes por curiosidade pode até existir, mas o senso comum estabelecido pela grande mídia praticamente elimina a possibilidade de se tornar consumidor da droga por não saber que a substância química causa mais malefícios do que benefícios e que o indivíduo pode não gostar do que consumiu e pode escolher não querer mais provar dela.

Apontando o papel do educador, considera-se que ele contribui ativamente para a formação do indivíduo e para a aquisição de valores os quais são apresentados em sala de aula bem como Tavares-de-Lima (2008) aponta: “consideramos que o educador é aquele que auxilia na formação integral do sujeito, ajudando na formação autônoma do aluno, realizando papel ligado, numa consideração ampla, ao próprio bem estar social, à qualidade da vida dos seres humanos.” (TAVARES-DE-LIMA, p.73).

Deste modo, enxergando-se as peculiaridades de cada integrante do corpo docente, possuidor de limitações, anseios, perspectivas e frustrações, vinculadas à sua realidade, deparando-se com essas características também presentes em seus alunos de forma diversa e heterogênea a depender da personalidade de cada um, esse profissional da educação apresenta como função adequar seus instrumentos e conteúdos de trabalho, moldando-se às peculiaridades dos alunos englobados em sala de aula a fim de obter êxito na efetivação plena de lecionar e educar para formar cidadãos.

Ao se deparar diante de alunos com valores distorcidos pelas experiências negativas vividas trazidas consigo existe um desafio do corpo docente: atuar como

agentes transformadores e editores desses valores, missão passível de ser concretizada quando a formação e experiência do professor estiver apta a perceber a capacidade de otimizar o futuro do país através da influência que o docente pode apresentar para os adolescentes de hoje, caso eles queiram ser envolvidos com a carga de cidadania proposta pelo educador em sala de aula.

É evidente que há suas complexidades à iniciativa por parte do professor de atrair a atenção e o interesse do aluno para aprender e ter consciência da arma que ele possui quando abraça o estudo e o enxerga como capazes de modificar positivamente a sua realidade, mas a predisposição do educador em se dedicar a compreender esse aluno e estimulá-lo a alcançar valores adquiridos através do aluno podem reduzir substancialmente o ingresso de adolescentes aparentemente insubordinados e rebeldes. Podendo transformar o educando outrora indisciplinado em um aluno o qual o seu professor lhe dá atenção e acredita na potencialidade dele em ser alguém de futuro promissor, através, dentre outras maneiras, a descoberta e apresentação desse aluno as qualidades que ele possui e estimulá-las a serem fatores positivos para a aprendizagem desse adolescente no afloramento de seu saber.

Pensando dessa maneira, verifica-se que a formação do professor está relacionada à formação da identidade. Identidade, ela própria, compreendida como um processo de constante modificação. A identidade profissional do professor não é fixa, possui relações com suas ações e modifica-se nesse processo. Trata-se de um processo de internalização de diversos papéis e sabe-se que alguém só pode se identificar com algo em que acredite. O professor só pode interagir profissionalmente se confiar e se sentir participante do processo educativo. O processo identitário do professor é permeado de muitas contradições e implica diretamente nas questões relativas ao seu lado afetivo, além dos aspectos sociais, culturais e políticos; enfim, possibilita a constituição de um cidadão pleno de direitos e deveres. O processo do conhecer está ligado à possibilidade de suportar e lidar com a dor e com o prazer, ambos presentes no ensino-aprendizagem. Há uma história de vida do adulto (professor) que não deve ser desconsiderada. (TAVARES-DE-LIMA,2008, p.73-74).

### **4.3. Função Transdisciplinar da Educação em Políticas Públicas Descentralizadas de Segurança Pública**

Na vigente conjuntura social as escolhas estão carregadas de interferências externas (mídia e sociedade de consumo) suprimindo as internas (escolhas baseadas em suas inquietações e vontades pessoais), pressionando o indivíduo a rapidamente obter resultados de decisões nas mais diversas áreas de sua vida privada e pública simultaneamente. A assimilação dos caminhos que se pretende trilhar para se chegar em

determinados objetivos se transformam pouco significantes em razão do imediatismo exacerbado para se alcançar certo resultado.

Consequentemente, o saber é um caminho cujo destino acarreta quase sempre em resultados positivos para aqueles que o buscam. Apesar do aprendizado e o conhecimento serem exercícios nos quais qualquer pessoa é passível de ter consigo caso queira (ou seja, não é uma vocação nem um dom, é possível adquirir conhecimento e aproveitar o melhor da educação qualquer pessoa que tenha interesse), são elementos do saber que deve ser semeado e cultivado para obter qualquer finalidade através desse caminho.

Para obter resultados econômicos nesta área exige-se no geral estudo e preparo, exercício da mente e isso leva tempo até porque o conhecimento e o saber nunca se exaurem. Mas o exercício contínuo pela busca do saber é um fator vinculado ao tempo e essencial junto ao indivíduo que aspira sobretudo recompensa econômica, pois tal realidade está diretamente ligada ao exercício do acúmulo de conhecimento o qual resulta na efetivação da independência cidadã e autonomia do conhecimento crítico.

É imprescindível que sejam adotadas formas que agreguem a prevenção e a minimização da oferta de drogas tendo como eixo norteador o diálogo pedagógico existente em sala de aula através da intervenção do agente transmissor do conhecimento: o professor. Fazendo-se necessário, portanto canalizar essa oportunidade que há de estar próximo desses alunos e otimizar a ferramenta “lecionar” a partir de sua transformação para além da funcionalidade de reprodução de conteúdos.

A potencialização do ensino como um instrumento ativamente lapidador das mentes e norteador dos destinos dos alunos frequentadores desse cenário do saber, deve ser vista por parte dos professores, equipe educacional e poderes públicos com a devida importância dentro da transmissão do conhecimento através da abordagem persuasiva de práticas instruidoras de condução do aluno ao pensamento crítico diante de problemáticas conflitantes como as que envolvem o universo da drogadição.

O reconhecimento da importância na adoção efetiva de estratégias de discussões conscientizantes dentro do cenário pedagógico propicia a plena maximização capaz de (re)construir na sociedade contemporânea a intervenção do contexto social que cerca os adolescentes em ambiente escolar, legítimo no aprimoramento da construção da cidadania atrelada à robustez da racionalidade interna e lapidação benéfica dos adolescentes

competentes ao combate das drogas e o enfrentamento das questões as quais cercam a sociedade pós-moderna.

A importância dimensional da escola e das instituições de ensino público se estende à (re)construção social de indivíduos, pois os valores já vinculados a eles estão aptos à intervenção no sentido de proximidade com suscitações de questionamentos e exercício de reflexão acerca desses valores anteriormente definidos. A formação do ensino para a cidadania deve se caracterizar por situar o educando em uma posição de centralidade diante do espaço vivenciado por ele; pois através do nível de absorção das especificidades do saber e a sua aplicação nas atitudes em sua vida dará a resposta às questões que abrangem o contexto social do país e dos preâmbulos envolvendo o universo da drogadição.

A condução do conhecimento e a consciência dos adolescentes quanto a conhecer sua função protagonista no Estado apresentam um caráter dinâmico junto ao direcionamento do formato conjuntural que o espaço coletivo será direcionado, sendo determinante, desta forma, como esse adolescente interferirá em sua atuação na comunidade, ele deve ser exercitado a saber a responsabilidade e abrangência de extensão que suas decisões independente de quais sejam e o nível de importância por ele de lidar com a educação, pode trazer como efeitos os destinos do país atrelado a contagiante amplitude de suas ações dentro da escola, nas relações interpessoais e nas questões de interesse coletivo.

As relações sociais com sua interdependência às predefinições de valores difundidos em sociedade acabam posicionando o adolescente como um ator plural o qual é influenciado de forma “heterogênea e concorrente”, tal qual é defendido por Dayrell (2007), possuindo uma inclinação ao confronto entre os valores e comportamentos familiares, por exemplo, aos absorvidos a partir da difusão entre seus colegas, seja em sala de aula, seja em conversas informais em espaços de entretenimento. (DAYRELL, 2007, p.1114).

Dentro da multiplicidade informacional, valores referenciais são filtrados nesse confronto de acordo com o que for mais conveniente para aquele adolescente agregar como fonte de postura interpretativa. Nestas condições, a influência familiar sofre a penalidade de ser menos atrativa dentro do campo da valorização pelo adolescente em razão de identificações discussivas das leituras valorativas presentes entre os seus grupos etários.

Diante disso, pode ser verificado o papel das instituições na orientação e práticas educativas junto aos adolescentes pós-modernos. A família, de forma geral, não tem conseguido causar efeitos de influência junto aos seus filhos adolescentes ou o faz adotando valores distoantes de orientação os quais não surtem eficácia dentro da construção de caráter por muitas vezes apresentar como fonte a mídia. Em virtude de sua precarização em estratégias de evitar o crescente aumento de adolescentes no mundo das drogas, haja vista que dos 12 aos 18 anos os indivíduos estão sob plena responsabilidade dos pais quanto aos seus atos e concepções sociais, a escola se transforma no cenário o qual está a responsabilidade de não falhar na educação de seus frequentadores.

A fim de que ao Estado não seja autorizado o uso do seu aparato de força e “eduque” com seus instrumentos repressivos seus adolescentes, a escola precisa assumir a responsabilidade de buscar a instrução cidadã dos indivíduos para não atribuir à segurança pública a competência de educar que não é sua a qual adota uma metodologia de finalidade corretiva, para o compulsório alinhamento da organização de indivíduos plurais. O uso do aparelho de retificação social (segurança pública) deve ser a última instituição a ser recorrida, mas não em caráter contínuo, pois a sua natureza executória consiste na segregação necessária entre indivíduos com desvios de conduta materializados em ações criminosas e violentas; punindo-os com o isolamento e a suspensão de direitos atrelados a espécies de liberdade.

A educação comporta em sua natureza existencial a função intermediária de intervir na formação de personalidade e caráter, pois quando a instituição familiar se auto-desvirtua em sua influência, a instituição de ensino adquire maior responsabilidade nessa formação, e em último caso, no fracasso pleno de ambas as entidades, a segurança pública ingressa com suas práticas de correção social. Evidentemente que a escola já possui esse papel de reprodução do conhecimento para a formação racional de seus alunos, mas a partir da omissão plena e/ou estratégias destoantes de construção de valores e caráter de seus filhos pela família, a educação passa a ter decisiva missão na (re)significação no fomento de valores de saber diante de seu corpo discente, a fim de que a última instituição (segurança pública) não precise ser acionada como única alternativa possível na minimização dos problemas coletivos do país.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interpretação e domínio dos educadores com relação ao ensino de modo geral e o papel no qual desempenham como orientadores dos alunos, a forma e como dialogam sobre as inquietações juvenis e principalmente sobre o universo das drogas para o corpo discente; a potencialidade de instruir o alunado para a formação da cidadania desatrelada à vulnerabilidade quanto a inclinação dele ao universo da drogadição, são fatores de discussão, os quais necessitam de urgente análise (e eis a preocupação deste trabalho com esse olhar), haja vista a posição do Brasil como um dos maiores consumidores de drogas do mundo precisa de intervenção quanto ao crescimento do número de usuários.

Reavaliando a postura dos professores nas escolas, pode ser enfrentado o crescente problema no país desde que se adote: um bom embasamento teórico a respeito do que é o universo que cerca as drogas e suas consequências devastadoras, incluindo as formas de consumo, os efeitos físicos e psíquicos; traçando objetivos, metas, metodologia e iniciando atividades curriculares com um olhar profundo a respeito dessa problemática, não apenas enfocando as drogas, mas permitindo aos educandos a descoberta do prazer sem a necessidade de recorrer a substâncias químicas para tê-la com frequência, experimentando formas de viver com saúde, paz e com grande apreço pela vida em seu amplo sentido.

O trabalho explorou como atribuição a relevante potencialidade do docente como educador social em razão de seu vínculo com o alunado diante no cenário educacional. Embora sua influência não seja reconhecida com a devida importância por parte dos poderes públicos competentes, o professor apresenta como característica estar presente na rotina do corpo discente, e, deste modo, exerce a função natural de transmitir conhecimento diante dos adolescentes em sala de aula, podendo ser uma referência de inspiração junto aos seus alunos pela característica hierárquica de seu papel. Tal fator maximiza a potencialidade que esta relação apresenta diante da realidade dos alunos para a confiança na prática de diálogos junto às inquietações que cercam os adolescentes em idade escolar. Os mecanismos para exercer o papel de ativo contribuidor no tocante ao esclarecimento dos estudantes do ensino público os quais frequentam a escola pode ser transformador junto aos destinos desses jovens diante da reação deles na aproximação ou não com o nefasto universo/cenário das drogas.

Diante dos números apresentados com relação ao ranking do Brasil como um dos maiores consumidores de drogas no mundo entre indivíduos em idade escolar, é uma realidade que não pode ser ignorada, pois como já dito, a economia do crime atrai como elemento de força de lucro, sobretudo o consumo de psicoativos. A busca pela discussão e o enfrentamento desse problema é emergente, principalmente em um dos ambientes mais influenciadores que temos: a escola.

É o professor legislativamente credenciado e delegado para exercer de forma ativa sua capacidade e função de lapidar as mentes do alunado e educá-lo para a aquisição deles da cidadania e emancipação intelectual. Endossando tal olhar, Bucher (1992) discorre que:

Para que uma idéia de prevenção, qualquer que seja o seu conteúdo, seja bem sucedida, encontre receptividade na população alvo e surta efeitos tangíveis, é fundamental que as suas ações sejam norteadas por idéias construtivas, por valores humanos claramente pensados e enunciados, por objetivos baseados em uma concepção humana do humano do homem – em suma, por balizes bem definidas que levem em conta as características psicológicas e sociais do ser humano sobre o qual se quer intervir. (BUCHER, 1992, p. 139).

O papel do educador em sala de aula através das formas de discussão e proximidade com o aluno com relação ao seu compromisso no desenvolvimento dele para a aquisição de cidadania identitária, precisa de atenção e efetivo comprometimento. A potencialidade do profissional da educação em influenciar o adolescente no ambiente escolar necessita de gerenciamento que o faça enxergar a importância do ensino para a condução dos destinos dos educandos brasileiros para a segurança pública. O envolvimento no ensino e na formação intelectual do professor com os adolescentes assume um caráter indispensável nas relações interpessoais do mundo moderno para a construção de sujeitos capazes de conduzirem seus destinos para harmonia benéfica de suas decisões e na minimização do risco ao ingresso deles à criminalidade.

Deste modo, ações de prevenção estão relacionadas diretamente às iniciativas de discussão e estratégias de orientação atreladas a confiança pelo educando exercer uma postura de abertura do diálogo com o professor. O ambiente escolar brasileiro do ensino público impulsiona o surgimento de uma tomada de consciência da presença de uma relação bilateral, a qual é imprescindível que perpassa qualquer caráter monolítico, transcendendo a função engessada e limitada da simples reprodução de conteúdos nas práticas pedagógicas.

O combate ao mercado abrangendo a drogadição com suas substâncias psicoativas necessita da intervenção do Estado dentro da entidade da segurança pública quanto a minimização da criminalidade e as nuances envolvendo resultados sob o aspecto da violência e infração dos direitos e obrigações individuais e coletivos, mas os mecanismos de prevenção discutidos neste trabalho atrelados aos aspectos de formação intelectual e de personalidade dependem da efetivação do papel do Estado, mas dentro da área da educação e ensino visando o conhecimento transmitido para a construção da cidadania.

Portanto, a segurança pública não possui a natureza educativa nem fornece estrutura para ofertar aparato sob o aspecto preventivo, e sim foi criada com a finalidade de corrigir os maiores danos materializados no descumprimento da ordem estabelecida constitucionalmente, e quando o Estado se omite diante de seu investimento massivo na Educação. O regime democrático o qual o Brasil está inserido em seu caráter peculiar politicamente organizado por leis próprias, necessita de materializar suas ações de prevenção tais quais aquelas vinculadas às drogas, legitimando de maneira vigorosa o investimento amplamente estrutural (de forma material e imaterial) na potencialidade da educação para o fomento da cidadania dos indivíduos que a esse regime estão subordinados.

Com isso, a instituição de ensino, dentro de suas prerrogativas e sua natureza existencial, conseguirá exercer a função de transmissora do conhecimento agregada ao exercício da formação crítica de sujeitos-alunos a fim de emergir o pleno desenvolvimento da pessoa para a materialização de sua emancipação intelectual. Diante da aplicação dessas atribuições sob um caráter qualitativo, haverá ampla probabilidade de como efeitos passar a ser realidade a condução do país ao alcance de sua emergência intelectual acarretando o pleno e efetivo progresso passível de atingir grau de excelência na função educativa do país a partir do pleno desenvolvimento da pessoa com seu caráter cidadão desenvolvido através de sua autonomia intelectual, de personalidade e conduta na vida privada e coletiva dos cidadãos.



## REFERÊNCIAS

Aruário Brasileiro de Segurança Pública, 7º ano, 2013. <<http://www2.forumseguranca.org.br/novo/produtos/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/7a-edicao>> acessado em 03.12.13

ARAÚJO, J. C.; RIBEIRO, M. M. “Tia, eu já escrevi o site do ‘Rotimeio’. Agora é só apertar o enter?”: o endereço eletrônico na sala de aula. In: ARAÚJO, J. C. (Org.) *Internet & ensino: novos gêneros, outros desafios*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, p. 165-178.

BECKER, Gary S. *Crime and Punishment: An Economic Approach*, University of Chicago and National Bureau of Economic Research 1965: <<http://www.nber.org/chapters/c3625.pdf>> acessado em 29.11.13

BUCHER, Richard. *Drogas e Drogadição no Brasil*. Artes Médicas, Porto Alegre, 1992

CARLINI-COTRIM, Beatriz. *Drogas na escola : prevenção, tolerância e pluralidade*. In: AQUINO, J. R. G. (org.). *Drogas na escola : alternativas teóricas e práticas*. São Paulo : Summus, 1998.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana. La question urbaine*. tradução de Arlene Caetano. Coleção Pensamento Crítico; v.48. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CHAUÍ, Marilena. *Simulacro e poder*. São Paulo: Editora Fundação Perseru Abramo, 2006.

Constituição da República Federativa do Brasil : texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, 35º ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

DAYRELL, Juarez. Does school “make” youth? Reflections around youth socialization, *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007.

GIKOVATE, Flávio. *Drogas: opção de perdedor*. São Paulo: Moderna, 1992.

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da criança e do adolescente. – 7ªed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

Lei 11.343/2006 1.343, de 23 de agosto de 2006. Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2006/lei/111343.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111343.htm)> acessado em 24.11.13.

VI Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio das Redes Pública e Privada de Ensino nas 27 Capitais Brasileiras – 2010/E. A. Carlini (supervisão) [et. al.], -- São Paulo: CEBRID - Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas: UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo 2010. SENAD - Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, Brasília – SENAD, 2010. 503 p.

MARX, Karl. *O capital*. Coleção Os economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas  
<<http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/index.php>> acessado em 27.11.13..

Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio  
<<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>> acessado em 24.11.13.

POMPÍLIO, Lorenzo Martins. Nem repressão nem Educação – uma droga de cenário. Da Hora. – Rio de Janeiro: UFRJ/ FE, 2008.

SILVA, Herminia Helena Castro da. Educação, teoria social e cultura no contexto de vida dos Jovens envolvidos com o comércio de drogas ilegais na cidade do Rio de Janeiro/ Herminia Helena Castro da Silva. – Rio de Janeiro, 2007.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de. Políticas de segurança pública no estado de São Paulo : situações e perspectivas a partir das pesquisas do Observatório de Segurança Pública da UNESP / Luís Antônio Francisco de Souza (org.). – São Paulo : Cultura Acadêmica, 2009.

TAVARES-DE-LIMA, Fernando Falabella. A educação preventiva no desenvolvimento da criança: O entristecimento e a necessidade de adoção de ações redutoras de vulnerabilidades para a “educação psíquica”. São Paulo: Pontificia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP, 2008.

XAVIER, M. M. Jornalismo digital na escola: narrativas de uma prática educacional. Campina Grande: Universidade Estadual da Paraíba-UEPB/PB, 2011.